

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ÁREA: ECONOMIA
APLICADA

GUSTAVO FERREIRA LADEIRA

Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas
eleitorais e seu impacto na violência contra as mulheres

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Naruhiko Sakurai

RIBEIRÃO PRETO

2024

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fabio Augusto Reis Gomes
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Milton Barossi Filho
Chefe do Departamento de Economia

GUSTAVO FERREIRA LADEIRA

Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas eleitorais e seu impacto na violência contra as mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – Área: Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Original.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Naruhiko Sakurai

RIBEIRÃO PRETO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ladeira, Gustavo Ferreira

Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas eleitorais e seu impacto na violência contra as mulheres / Gustavo Ferreira Ladeira – Ribeirão Preto, 2024.

49f.: il.; 30 cm

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – Área: Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Original. – Universidade de São Paulo

Orientador: Sakurai, Dr. Sérgio Naruhiko

1. Representatividade feminina. 2. Chapas eleitorais. 3. Violência de gênero. 4. Vice-prefeitas.

GUSTAVO FERREIRA LADEIRA

Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas eleitorais e seu impacto na violência contra as mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – Área: Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Original.

Área de Concentração:

Data de Aprovação:

____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Naruhiko Sakurai
Orientador

Professor
Marcos Yamada Nakaguma

Professora
Ana Luísa Gouvêa Abras

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho foi possível graças ao apoio de diversas pessoas, que de forma direta ou indireta me ajudaram a encerrar mais este ciclo, e por isso agradeço:

Ao meu orientador Sérgio Sakurai, pela paciência, persistência e comprometimento. As diversas reuniões e os feedbacks honestos foram essenciais, assim como as conversas em tom encorajador que me ajudaram a enxergar o meu valor e do meu trabalho.

Aos meus pais, Josias e Lucélia, cujo apoio incondicional foi fundamental para que eu pudesse trilhar por este caminho.

À Natasha, que além de topar embarcar nesta aventura comigo, me mostrou que os percalços dos últimos dois anos representam apenas um pequeno quadro na nossa história.

À Karina e ao Welligton, que também apostaram em mim e me apoiaram nesta empreitada sem esperar nada em troca.

Aos meus colegas de turma, cuja união e parceria foram essenciais para atravessar este período.

Aos colegas da pós-graduação que também compartilharam inúmeras tardes comigo no LEPES: Rodrigo, Déborah e Luciano. Sou também grato aos meus mentores no LEPES, Fernando e Tiago, cujas conversas e conselhos foram extremamente valiosos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

LADEIRA, Gustavo Ferreira. **Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas eleitorais e seu impacto na violência contra as mulheres.** 2024. 49f. Dissertação – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024.

Este trabalho investiga a relação entre a composição de gênero das chapas eleitas em eleições municipais e indicadores de violência contra mulheres. Utilizando dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Datasus para o período de 2009 a 2020, utiliza-se um desenho de regressão descontinua em eleições acirradas, permitindo a aleatorização da composição de gênero das chapas. Esta abordagem possibilita identificar uma relação causal da presença feminina nas chapas ao comparar chapas compostas exclusivamente por homens com aquelas que incluem pelo menos uma mulher, seja na posição de prefeita ou vice-prefeita. No primeiro caso, os resultados são ambíguos, sugerindo que a presença de uma mulher como líder da chapa pode causar tanto um aumento quanto uma diminuição na incidência de assassinatos contra mulheres, a depender do período e do local do crime. Por outro lado, o efeito é nulo quando as mulheres ocupam posições menos proeminentes como vice-prefeitas, o que sinaliza as limitações na atuação e influência desses cargos. Estes achados contribuem para o debate sobre a eficácia da representação política feminina em posições menos proeminentes de liderança, avançando na literatura sobre representatividade política, gênero e violência, e enfatizando a necessidade de explorar mais a fundo o papel dos vice-prefeitos, uma dimensão ainda pouco investigada.

Palavras-chave: Representatividade feminina. Chapas eleitorais. Violência de gênero. Vice-prefeitas.

JEL: J16, D72, K42

ABSTRACT

LADEIRA, Gustavo Ferreira. **Gender, politics and violence: a study on female representation on electoral tickets and its impact on violence against women**. 2024. 49f. Dissertação – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024.

This study investigates the relationship between the gender composition of tickets elected in municipal elections and indicators of violence against women. Utilizing data from the Tribunal Superior Eleitoral and Datasus for the period from 2009 to 2020, a regression discontinuity design in close elections is employed, allowing for the randomization of the tickets' gender composition. This approach enables the identification of a causal relationship of female presence on tickets by comparing those exclusively composed of men with those including at least one woman, either as mayor or deputy mayor. In the former case, the results are ambiguous, suggesting that a woman's presence as the ticket leader can cause both an increase and a decrease in the incidence of murders against women, depending on the time and location of the crime. Conversely, the effect is null when women occupy less prominent positions as deputy mayors, signaling the limitations in the action and influence of these positions. These findings contribute to the debate on the effectiveness of female political representation in less prominent leadership positions, advancing the literature on political representativeness, gender, and violence, and emphasizing the need to further explore the role of deputy mayors, a dimension still little investigated.

Keywords: Female representation. Electoral tickets. Gender-based violence. Vice mayors.

JEL: J16, D72, K42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Testes de McCrary para as combinações de disputas e mandatos	31
Figura 2 – Dados de violência para as combinações de disputas e mandatos	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do número de candidaturas conforme a o gênero dos candidatos a prefeito e a vice-prefeito que disputaram as eleições municipais entre 2008 e 2016	28
Tabela 2 – Distribuição do número de municípios conforme a composição de gênero das duas principais chapas que disputaram as eleições municipais entre 2008 e 2016	29
Tabela 3 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2009 a 2012	33
Tabela 4 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2013 a 2016	34
Tabela 5 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2017 a 2020	35
Tabela 6 – Estimativas de assassinatos de mulheres	37
Tabela 7 – Estimativas de assassinatos de mulheres dentro de casa	39
Tabela 8 – Estimativas de assassinatos de mulheres fora de casa	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DESIGUALDADE DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	14
3	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: TEORIA E EVIDÊNCIAS .	17
3.1	Teoria	17
3.2	Evidências	20
4	METODOLOGIA	24
5	DADOS	27
5.1	Eleições municipais	27
5.2	Violência	30
5.3	Covariadas e balanceamento	30
6	RESULTADOS	36
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXO A – DADOS DE VIOLÊNCIA	49

1 INTRODUÇÃO

Antes tomado como um problema que era simplesmente dado, ao longo dos últimos anos as questões envolvendo gênero vêm recebendo um enfoque cada vez maior. Um indicativo dessa tendência é a nomeação do mais recente Prêmio Nobel de Economia concedido a Claudia Goldin. Esta premiação é notável no debate de gênero por duas razões: primeiro porque o trabalho de Goldin aborda as desigualdades históricas de gênero no mercado de trabalho e, segundo pelo fato de ela ser apenas a terceira mulher, dentre noventa e quatro laureados, a receber tal honraria.

Além da desigualdade no mercado de trabalho demonstrada por Goldin (1990), uma outra faceta na qual as mulheres aparentam ser mais prejudicadas é na maior dificuldade de inserção na política (BALTRUNAITE et al., 2014). Apesar disso, a literatura recente tem demonstrado que aquelas que conseguem transpor as barreiras na arena política e alcançam posições de liderança podem ter um desempenho diferente dos líderes homens. Exemplos de áreas em que lideranças femininas obtiveram maior sucesso recentemente foram na provisão de saúde e educação (HESSAMI; FONSECA, 2020), menores índices de corrupção (BROLLO; TROIANO, 2016) ou nos melhores resultados no combate à pandemia do COVID-19 (BRUCE et al., 2022).

Um aspecto subestimado neste debate e que raramente é objeto de foco na mídia ou na pesquisa acadêmica é o papel desempenhado pelos vice-governantes, que além de poderem oferecer a esperada contribuição prática ao longo da gestão, também são elementos-chave para afetar as probabilidades de sucesso eleitoral de uma chapa (DEVINE; KOPKO, 2020; FOX; OXLEY, 2005). Nesse contexto, este estudo tem como objetivo examinar a influência da composição de gênero das chapas eleitas. Especificamente, busca-se testar a hipótese de que chapas que incluem pelo menos uma mulher – seja como prefeita ou vice-prefeita – apresentam impactos ou comportamentos distintos em comparação com aquelas compostas exclusivamente por homens.

Para responder a essa questão, as eleições municipais brasileiras foram utilizadas como um quase-experimento, visando identificar o efeito causal da composição de gênero nas chapas eleitas. Fundamentado no pressuposto de que eleições acirradas servem como um mecanismo de aleatorização do gênero dos candidatos em um desenho de regressão descontínua (LEE, 2008), comparou-se municípios onde uma chapa exclusivamente masculina foi eleita por uma margem estreita com aqueles onde uma chapa contendo ao menos uma mulher conseguiu a vitória sob condições similares.

A literatura sobre gênero é extensa e explora sua influência sobre diversos aspectos. Neste estudo, foi analisado especificamente os indicadores de violência contra mulheres. Esta questão é crítica por várias razões, mas dois aspectos são particularmente relevantes. Em primeiro lugar, a violência contra mulheres constitui um problema global. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2021), aproximadamente 30% das mulheres em todo o mundo já sofreram algum tipo de violência ao longo de suas vidas. No caso brasileiro, essa questão ganha ainda mais relevância, uma vez que os homicídios de mulheres dentro das residências aumen-

taram em torno de 10% entre 2009 e 2019 (CERQUEIRA et al., 2021). A conexão entre o estudo da política e de violência de gênero se dá pelo fato de a literatura econômica apontar que lideranças femininas tendem a priorizar temas de especial importância para as mulheres (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004). Desta maneira, é possível que ao alcançarem um cargo de maior influência, seja de prefeita ou de vice-prefeita, estas mulheres sejam mais proativas no combate à violência contra mulheres.

Os dados de violência foram coletados da plataforma TABNET/Datasus. Neles, além de estarem disponibilizadas estatísticas de mortes de mulheres por ano e por município, também é possível encontrar as diferentes causas de morte e o local onde ela ocorreu. Estas duas últimas informações permitem que se identifique o número de mortes por atos de violência e também se ela ocorreu dentro ou fora da residência da vítima. Os dados sobre eleições municipais advêm do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e abrangem as disputas eleitorais de 2008, 2012 e 2016.

Os resultados encontrados sugerem que a variação dos assassinatos contra mulheres pode divergir consideravelmente dependendo da forma como é composta a chapa, do período analisado e do local onde o assassinato ocorreu. Chapas mistas nas quais as mulheres são prefeitas experienciaram tanto aumentos quanto diminuições dos números de mortes ao longo da sua gestão. Os assassinatos totais e fora de casa tiveram um aumento entre 2009 e 2012, porém foi possível observar um efeito nulo nos assassinatos totais entre 2013 e 2016, que pôde ser decomposto em um aumento estatisticamente significativo nas mortes fora de casa ao mesmo tempo em que houve redução das mortes dentro de casa.

Embora os resultados para chapas mulher-homem variem consideravelmente, o mesmo não ocorre quando se observa o desempenho de chapas homem-mulher. Neste caso, não foi possível observar efeito estatisticamente significativo em nenhum dos períodos analisados. A (pouca) capacidade de atuação das mulheres como vice-prefeitas é um possível fator explicativo para este resultado. Uma vez que na comparação de chapas homem-homem e chapas homem-mulher a única diferença significativa seja o gênero dos vice-prefeitos, é plausível supor que eles tenham uma influência muito menor do que os prefeitos, de modo que eventuais preferências relacionadas ao seu gênero não possam ser colocadas em prática ao longo da gestão.

Neste quesito, o presente trabalho contribui, entre outros, com a literatura ainda incipiente sobre o papel dos vice-governantes de modo geral. Pelo menos na questão de violência contra mulheres nos municípios brasileiros, eventuais divergências ideológicas que vice-prefeitas mulheres tenham com relação aos prefeitos homens não parecem ter espaço para serem colocadas em prática, o que fortalece a hipótese de que o papel dos vice-prefeitos é menos prático e mais voltado para a competitividade eleitoral. Adicionalmente, outra parte dos resultados contribui com a literatura recente que associa a presença de mulheres como prefeitas a uma redução na violência doméstica contra mulheres, dando suporte às teorias de *role-model* e de empoderamento feminino (BOCHENKOVA; BUONANNO; GALLETTA, 2023; DELAPORTE; PINO, 2022). Em contrapartida, o aumento da violência na presença de prefeitas mulheres encontra respaldo em teorias de retaliação masculina como os *backlash effects* (FLOOD; DRAGIEWICZ; PEASE, 2021).

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta uma discussão sobre gênero e participação feminina na política. A seção 3 apresenta a fundamentação teórica do problema estudado bem como evidências. A seção 4 apresenta a metodologia utilizada. A seção 5 discute os dados. A seção 6 apresenta os resultados, e por fim, a seção 7 apresenta as considerações finais da dissertação.

2 DESIGUALDADE DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

O relatório Global Gender Gap Report, publicado pelo World Economic Forum (WEF) desde 2006, disponibiliza um indicador que monitora a desigualdade de gênero em diversos países, avaliando a paridade em quatro dimensões: Participação e Oportunidade Econômica, Nível Educacional, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político. A pontuação varia de 0 a 100, e representa a distância percorrida em direção à igualdade de gênero - quanto mais próximo de 100, maior é a paridade entre homens e mulheres.

Apesar de algumas melhorias terem sido observadas em todas as dimensões, o relatório mais recente, de 2022, mostra que a lacuna global de gênero foi fechada em apenas 68,1%. Isso significa que, no ritmo atual, levaríamos 132 anos para alcançar a paridade total. As dimensões de Saúde e Sobrevivência e Nível Educacional apresentaram os melhores desempenhos, com índices próximos à paridade plena, de 95,8% e 94,4%, respectivamente. Porém, a dimensão de Participação Econômica ainda apresenta uma preocupante disparidade entre os gêneros, com um índice de 60,3%. Já a dimensão de Empoderamento Político é a mais desigual, alcançando um índice de apenas 22%, sem nenhum progresso significativo em relação ao ano anterior.

No Brasil, a situação é ainda mais crítica, com um índice de apenas 13,6% na dimensão de Empoderamento Político. Isso indica que há uma enorme disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política, o que pode causar consequências importantes para a democracia e para a promoção dos direitos das mulheres.

Um dos principais fatores responsáveis pelo desempenho ruim do indicador de Empoderamento Político é a baixa representatividade feminina nos parlamentos, medida pela proporção de mulheres nas câmaras legislativas nacionais. Isto pode ocorrer por uma decisão de oferta das próprias mulheres ou decisões de demanda por parte do eleitorado e dos partidos políticos. Pelo lado da oferta, as mulheres podem se abster de concorrer a eleições por terem menos ambição política (FOX; LAWLESS, 2014), por não se acharem qualificadas o suficiente (FOX; LAWLESS, 2011) ou por terem maior aversão ao contexto competitivo de eleições (KANTHAK; WOON, 2015), por exemplo. Já pelo lado da demanda, Pande e Ford (2012) argumentam que as normas sociais levam os eleitores a acreditar que a liderança deve ser majoritariamente masculina, o que faz com que prefiram votar em candidatos homens em vez de mulheres. Além disso, os eleitores muitas vezes têm pouco contato com líderes mulheres e, por consequência, têm poucas informações sobre suas competências, o que os leva a votar em candidatos homens com os quais estão mais familiarizados. Ainda segundo os autores, outra possível causa da baixa representatividade feminina nos parlamentos é o próprio sistema de seleção política, que pode favorecer ou desfavorecer a eleição de mulheres.

Considerando as informações contidas no relatório mais recente da União Interparlamentar (IPU), intitulado *Women in Parliament 2022*, podemos destacar tanto aspectos positivos quanto negativos em relação à representatividade feminina na política. De um lado, é possível notar uma evolução significativa na presença feminina nos parlamentos de diversos países, sendo hoje mais variados e representativos do que nunca. É importante ressaltar ainda que pela primeira

vez na história, não há nenhum parlamento em funcionamento no mundo que seja composto exclusivamente por homens. Em relação às eleições que ocorreram em 47 países em 2022, as mulheres conquistaram em média 25,8% dos assentos disponíveis, o que apesar de distante da paridade, representa um aumento de 2,3 pontos percentuais com relação às renovações anteriores. Por outro lado, é preocupante perceber que o progresso global em direção à equidade de gênero apresentou seu avanço mais lento nos últimos seis anos. De fato, a parcela global de mulheres nos parlamentos cresceu apenas 0,4 pontos percentuais em janeiro de 2023 com relação ao mesmo período de 2022, no qual a situação brasileira é especialmente preocupante e contribui para este resultado. No ranking geral com 186 países, o Brasil ocupou a posição 129, com proporção de mulheres parlamentares bem abaixo da média da região.

Conforme estatísticas disponibilizadas pelo TSE¹ e seguindo tendências anteriores, as mulheres representam a maioria da população votante, compondo 52,65% dos eleitores aptos a votar nas eleições de 2022. Todavia, esta representatividade não parece se refletir nos resultados das urnas: após o pleito de 2022, apenas 17,7% e 16% dos cargos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente, seriam ocupados por mulheres. A situação é bastante semelhante nas eleições municipais de 2020, pois apenas 12% dos prefeitos eleitos eram do gênero feminino, assim como 16% das vereadoras.

Apesar de estes dados serem relativamente recentes, a desigualdade de gênero tem sido fonte de preocupação da sociedade civil e de governos já há algum tempo. Em 1995, em Pequim, foi realizada a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, na qual diversos países firmaram acordo visando alcançar a igualdade de gênero e eliminar qualquer tipo de discriminação contra as mulheres. Para mitigar a baixa participação feminina na política, uma das respostas que alguns governos deram aos compromissos assumidos nesse encontro foi de introduzir algum tipo de cota de gênero para eleições, o que tem demonstrado ser eficaz na promoção de condições favoráveis para a eleição de mais mulheres (KROOK, 2010). Além disso, após eleitas, as mulheres têm a oportunidade de desmistificar preconceitos de gênero em relação à sua capacidade, resultando em um efeito de longo prazo que pode promover uma mudança positiva nas atitudes dos eleitores em relação às candidatas mulheres (BEAMAN et al., 2009).

De acordo com levantamento feito pela OCDE (2021), existem três tipos principais de cotas de gênero. O primeiro tipo é a cota legislativa, que regula como deve ser a composição de gênero das listas de candidatos, mas que não garante de fato a presença de mulheres nos cargos. O segundo tipo, denominado de “cota de assento reservado”, determina uma porcentagem mínima de assentos a serem efetivamente ocupados pelas mulheres. Por fim, as cotas partidárias, também chamadas de cotas partidárias voluntárias, são adotadas por partidos individuais para suas próprias listas de candidatas.

A promoção da participação feminina na política por meio de cotas apresenta resultados heterogêneos, de acordo com Pande e Ford (2012). Entre os três tipos de cotas, a legislativa é a menos eficiente, pois garantir a candidatura de mulheres não necessariamente implica na eleição

¹ <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>

delas. Isso pode ser explicado, entre outros, pela influência da estrutura de seleção política na eleição feminina, conforme apontado por Jones (2009). Por outro lado, a cota de assento reservado é a mais bem sucedida, por garantir uma quantidade mínima de vagas para mulheres. Já a análise do efeito das cotas partidárias voluntárias requer uma metodologia cuidadosa, pois a adoção de cotas pelos partidos está correlacionada com a ideologia mais à esquerda e com a adoção de cotas por outros partidos (CAUL, 2001), o que torna difícil de isolar o efeito direto das cotas na representação feminina, visto que outros fatores externos podem afetar a variável em questão (PANDE; FORD, 2012).

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: TEORIA E EVIDÊNCIAS

A questão de as mulheres terem maior dificuldade para se inserir no ambiente político é um fato já consolidado que, conforme evidenciado na seção anterior, se reflete na baixa participação feminina na política. Todavia, quando as mulheres superam estas barreiras e alcançam cargos de liderança política, as suas decisões de políticas têm um potencial de diferir das decisões dos homens, conforme demonstra a teoria e as evidências empíricas recentes, a serem discutidas ao longo desta seção.

3.1 Teoria

A relação entre a ciência econômica e fatos políticos tem sido amplamente estudada já há décadas. A modelagem de Hotelling (1929) foi uma das precursoras deste tema, na qual embora haja um enfoque na competição entre empresas em um espaço físico linear, o autor argumenta que este *framework* é facilmente generalizável para as mais diversas situações. Ao invés de empresas competindo entre si para vender seus produtos para uma massa de consumidores, no contexto político é possível pensar em candidatos competindo para conquistar os votos dos eleitores. No cenário de uma competição entre dois candidatos, supondo que cada um tenha sua posição política (ou de políticas), eles adquirem mais votos se movendo para uma posição mais próxima do seu adversário. O resultado de equilíbrio sugere que ambos os candidatos adotarão posições políticas mais voltadas para o centro, que é quando maximizam a quantidade de votos recebida.

Embora não aborde com profundidade o comportamento dos candidatos, este modelo desencadeou o desenvolvimento de diversas outras teorias. Downs (1957), por exemplo, estudou o equilíbrio político para desenvolver o que mais tarde ficou conhecido como modelo de Hotelling-Downs, que aborda o comportamento estratégico dos políticos durante campanhas eleitorais. Assim como no caso base, nesse paradigma a probabilidade de vitória é maior quanto mais próximo os candidatos se posicionam do centro do espaço político. A suposição de que eles só se importam com a vitória é mais uma premissa fundamental, pois a busca de apoio eleitoral incentiva os candidatos à esquerda a adotarem políticas e abordagens mais alinhadas com eleitores à direita, e vice-versa. Dessa forma, é esperado que os candidatos converjam para plataformas políticas semelhantes, visando conquistar o voto dos eleitores. Este resultado é uma implicação direta do teorema do eleitor mediano, que, em linhas gerais, demonstra que se os candidatos têm as mesmas informações sobre as preferências dos eleitores, uma competição eleitoral resultará em uma convergência das políticas.

Tendo em vista que esta convergência é imprescindível para a vitória no mundo downsiano, um resultado importante é que as preferências pessoais dos políticos não deveriam afetar suas plataformas políticas. Por exemplo, em uma disputa entre um candidato republicano e um democrata, ambos vão evitar adotar uma posição extrema sobre qualquer tópico. Por mais que o republicano possa defender medidas de segurança mais intensas nas fronteiras, se o seu opo-

sitor advogar por políticas mais inclusivas para imigrantes, ele tenderá a assumir uma postura cada vez mais flexível sobre o assunto. Por medo de perder votos, o democrata fará o caminho inverso, se aproximando gradualmente das políticas republicanas. Se esta dinâmica ocorre repetidas vezes, há uma tendência para que as políticas dos candidatos sejam semelhantes, independentemente de quais eram suas preferências iniciais.

Todavia, uma série de evidências apontam justamente para o caminho contrário: a depender das características e preferências do candidato, as políticas implementadas podem ser divergentes. A linha partidária, por exemplo, pode desempenhar um papel crucial para definir as políticas a serem perseguidas, já que elas variam bastante dependendo se é o partido Republicano ou o Democrata que vence as eleições americanas (BESLEY; CASE, 2003). Ainda, Lee, Moretti e Butler (2004) sugerem que eleitores têm pouca influência em “afetar” o rumo das políticas (no sentido em que os candidatos convergiriam para satisfazer suas preferências) mas, pelo contrário, apenas “elegem” as políticas que serão implementadas conforme a visão do candidato eleito.

Em linha com estas evidências, a partir dos anos 80 passou a ser desenvolvida uma série de estudos com o intuito de investigar este fenômeno, e novas formulações surgiram, contradizendo os principais resultados de Downs. Alesina (1988) foi um dos pioneiros a adaptar os modelos base a fim de incluir preferências heterogêneas dos candidatos e introduzir novos objetivos para eles. Os candidatos que antes só se importavam em vencer a eleição, agora também se importam com a qualidade das políticas a serem implementadas posteriormente.

Outra contribuição importante do autor foi em relação à credibilidade das promessas de campanha. Nos modelos canônicos, é suposto que as promessas são críveis, mas quando os candidatos passam a ter suas preferências pessoais, faz-se necessária uma explicação mais formal. Para demonstrar que os candidatos vencedores cumprirão suas promessas, a competição eleitoral é representada por um jogo infinitamente repetido com punições para partidos que desviarem. Assim, há um incentivo para que as promessas feitas durante a campanha sejam cumpridas após as eleições.

Anos depois, e de forma quase que simultânea, mas independente, dois trabalhos complementares entre si cunharam o paradigma que ficou conhecido como “*citizen-candidate*” (OSBORNE; SLIVINSKI, 1996; BESLEY; COATE, 1997). Esta nova abordagem se distingue dos modelos seinais de Hotelling e Downs principalmente pelo fato de que agora os candidatos se preocupam com a política a ser implementada. Vencer a eleição por si só deixa de ser o objetivo principal, pois agora eles têm motivações políticas diferentes, dado que representam eleitorados com demandas e visões distintas. A convergência completa entre os candidatos passa a ser possível somente se ambos forem completamente indiferentes com relação à qualidade das políticas resultantes do processo eleitoral.

Embora os modelos de competição política se concentrem em embates políticos ideológicos mais gerais, Besley (2005) argumenta que estes embates podem ser particionados em políticas específicas, que podem variar conforme a identidade do candidato. Por exemplo, se um determinado candidato tem como “identidade” o fato de pertencer a um grupo tradicionalmente

desfavorecido, não é um absurdo pensar que, se eleito, ele poderá dar atenção especial às políticas voltadas a este grupo. Tendo em vista que diversos fatores podem contribuir para moldar a identidade do candidato, um outro aspecto que pode ser determinante é o seu gênero. Se homens e mulheres têm preferências distintas a respeito de políticas, então o gênero do candidato eleito possivelmente afetará suas atitudes ao longo do mandato.

Supondo que homens e mulheres apresentem prioridades divergentes no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, por exemplo, estabelece-se um cenário no qual o gênero do político assume um papel crucial. Ainda que haja uma escassez de estudos teóricos associando representatividade feminina e a violência contra a mulher, é possível identificar mecanismos pelos quais ambos os aspectos se relacionam, e as teorias a este respeito podem levar a resultados potencialmente ambíguos. Por um lado, é possível que a maior participação feminina na política reduza os casos de violência contra mulheres, mas por outro, também há a possibilidade de que se observe um aumento na violência, como sinal de retaliação.

Dois canais podem explicar como uma maior representatividade pode levar à redução na violência: o combate direto aos perpetradores de violência e o efeito *role-model*. Em relação ao primeiro, e dado que o gênero tem um papel relevante na formulação de preferências (BESLEY, 2005), espera-se que as mulheres que se elegerem aos cargos de prefeita ou vice-prefeita se empenhem em implementar a agenda política que representa a sua visão e de seu eleitorado, conforme estabelecido pelo modelo *citizen-candidate* (OSBORNE; SLIVINSKI, 1996; BESLEY; COATE, 1997). Supondo também que a violência de gênero seja uma pauta mais relevante para as mulheres do que para os homens, tendo em vista que mulheres na política tendem a engajar mais em políticas para as próprias mulheres (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004), é possível que elas tenham maior interesse em implementar medidas que busquem reduzir estes crimes. Iyer et al. (2012) endossam esta premissa, argumentando que membros de grupos desfavorecidos provavelmente terão diferentes preferências de formulação e implementação de políticas, tendo em vista a sua experiência de vida e suas diferentes noções de justiça. Isso, por sua vez, pode influenciar a atuação da polícia e de agentes da lei, que, segundo os autores, podem se tornar mais responsivos aos problemas destes grupos, e consequentemente reduzindo os casos de violência contra mulheres.

Complementarmente, o efeito *role-model* é outro canal relevante no combate à violência de gênero. Em contextos políticos em que as mulheres tendem a ser sub representadas, observar outra mulher ocupando um cargo político de proeminência pode servir como incentivo para aquelas que estejam sofrendo de algum tipo de violência. Iyer et al. (2012) argumentam que ter uma liderança política com a qual se tenha algum tipo de identificação – no caso, o gênero – pode melhorar a auto confiança e reduzir a tolerância que as mulheres tenham em sofrer abusos. Neste cenário, impulsionar a representatividade feminina na política pode levar a um aumento no número de denúncias de violência, o que consequentemente pode evitar futuros atos de violência contra as mulheres (IYER et al., 2012).

Embora estes dois mecanismos expliquem a possibilidade de redução nos índices de violência após a eleição de uma mulher, um terceiro canal evidencia como a maior representatividade

feminina pode levar a mais violência contra as mulheres. Dentre inúmeras maneiras, a violência pode ocorrer de forma verbal (WEAVING et al., 2023) ou física (GONZÁLEZ; RODRÍGUEZ-PLANAS, 2020), por exemplo. Heise (1998) argumenta que estas formas de violência são perpetuadas como uma forma de afirmação de supremacia masculina, o que vai em linha com o pensamento de que a ascensão de mulheres a cargos de influência é algo que desafia o *status quo* e não é bem visto pela classe dominante. No contexto político, é documentado que mulheres em cargos de liderança estão mais suscetíveis à violência (DANIELE; DIPOPPA; PULEJO, 2023), e o efeito de retaliação (*backlash effect*) explica este fenômeno (FLOOD; DRAGIEWICZ; PEASE, 2021). O recente crescimento da polarização política (LAYTON et al., 2021) em conjunto com a atitude violenta de grupos misóginos extremistas (SPECKHARD et al., 2021) é um possível canal que explica como a eleição de mulheres pode se traduzir em mais casos de violência.

3.2 Evidências

Assim como a literatura teórica, as evidências empíricas que conectam representatividade feminina e violência também são limitadas. Iyer et al. (2012) apresentam resultados que indicam uma maior violência contra mulheres associada ao aumento da participação feminina na política indiana local, e este efeito está mais ligado a um aumento de denúncias do que ao aumento da violência em si. Outros dois estudos mais recentes analisam o caso brasileiro e também trazem boas notícias: quando comparados com municípios que elegeram prefeitos homens, aqueles que elegeram prefeitas mulheres tiveram uma redução nos casos de violência e mortes de mulheres ao longo do mandato eleitoral (DELAPORTE; PINO, 2022; BOCHENKOVA; BUONANNO; GALLETTA, 2023).

Além das possíveis atitudes práticas que as lideranças femininas possam ter tido no combate à violência de gênero, o efeito *role-model* é outro canal que pode explicar estes resultados. Embora não envolva necessariamente lideranças políticas, evidências do efeito *role-model* puderam ser observadas na Índia (JENSEN; OSTER, 2009), em que é identificado que o contato que as mulheres têm com outras referências pode moldar o seu comportamento frente a atitudes de violência. Os autores encontram que, ao terem contato com culturas diferentes – por meio da introdução da televisão a cabo –, as mulheres que residiam em áreas rurais passaram a ser menos tolerantes com violência doméstica, além de desenvolverem mais autonomia na tomada de decisão dentro das suas casas.

Embora ainda haja pouco embasamento teórico e empírico que explique o porquê de políticos de gêneros diferentes adotarem políticas distintas em relação à violência contra as mulheres, a literatura sobre o papel do gênero em outros âmbitos é vasta. Principalmente a partir da virada do século, as investigações empíricas a este respeito começaram a ganhar mais força: por um lado, uma série de evidências sustenta que de fato o gênero desempenha um papel importante na definição de políticas; por outro lado, outra linha de evidências sugere o contrário. O restante desta subseção apresenta um conjunto destas evidências que testam as hipóteses do modelo *citizen-candidate* e debatem como o gênero do governante pode (ou não) afetar os mais

diversos tipos de políticas, abrangendo desde questões relacionadas à educação e saúde até o combate à corrupção e à pandemia da Covid-19.

Considerando que o gênero é uma identidade importante na formação de preferências, conforme sugerido por desdobramentos do *citizen-candidate*, eventuais preferências de gênero podem se manifestar na política por meio da alocação de recursos ou em deliberações no parlamento, por exemplo. Se gestores de diferentes sexos possuem perspectivas políticas distintas, suas decisões sobre onde e quanto gastar podem divergir, assim como as mulheres parlamentares podem se engajar mais em pautas que sejam mais relevantes para as mulheres. Nesse contexto, diversas pesquisas procuram investigar se mulheres formuladoras de política tendem a priorizar questões voltadas às mulheres, seja por meio da alocação orçamentária, seja nas deliberações em plenário.

Um conjunto inicial de evidências indica que, em média, mulheres em cargos de liderança tendem a priorizar questões mais relacionadas às mulheres. Em 1993, uma alteração na constituição indiana estabeleceu que, no mínimo, um terço das vagas para líderes locais fossem reservadas para mulheres. Explorando a aleatoriedade na distribuição dessas vagas dentro dos estados, Chattopadhyay e Duflo (2004) investigam se o padrão de gastos em bens públicos diferiram entre lideranças masculinas e femininas. Como resultado principal, foi encontrado que nos locais onde as vagas foram aleatoriamente sorteadas para serem reservadas para mulheres, houve um maior investimento em questões que refletiam melhor as demandas femininas na época. Ainda na Índia, outro fator além do gênero que parece ser relevante para definir a priorização de políticas é a posição social, pois mulheres advindas de castas mais baixas priorizaram políticas redistributivas e leis que favorecessem as mulheres, ao passo que o mesmo não pôde ser observado em mulheres de castas superiores (CLOTS-FIGUERAS, 2011).

Lideranças femininas no legislativo local americano também demonstraram ter agendas diferentes dos líderes homens, pois priorizaram pautas de maior interesse feminino, como assistência médica, serviços sociais, questões familiares, infantis e de meio ambiente (LITTLE; DUNN; DEEN, 2001). De forma muito semelhante na América Latina, Schwindt-Bayer (2006) encontra que as mulheres legisladoras deram mais importância a questões relacionadas às próprias mulheres e à família/crianças do que os legisladores homens. Já no contexto brasileiro, mulheres prefeitas investiram mais em questões tradicionalmente relacionadas às mulheres (FUNK; PHILIPS, 2019), assim como parlamentares francesas também foram mais ativas em pautas que dizem respeito às mulheres (LIPPMANN, 2022).

Em contrapartida, um outro grupo de evidências não encontra efeito do gênero na priorização de políticas voltadas às mulheres, contrariando as implicações do modelo *citizen-candidate*. Na Espanha, por exemplo, o aumento na proporção de mulheres eleitas para o legislativo local não gerou mudança significativa na composição das despesas locais (BAGUES; CAMPA, 2021). Ao analisar o executivo local espanhol, as conclusões são semelhantes, pois municípios com liderança feminina não demonstraram maior engajamento em políticas que seriam particularmente relevantes para as mulheres, como pré-escolas e cuidados com idosos (CAROZZI; GAGO, 2023). Outros estudos corroboram essas conclusões ao não encontrar efeito do gê-

nero dos prefeitos sobre a composição das despesas dos municípios americanos (FERREIRA; GYOURKO, 2014), tchecos (KULIOMINA, 2021) e italianos (GAGLIARDUCCI; PASERMAN, 2012; CASARICO; LATTANZIO; PROFETA, 2022).

Um segundo desdobramento desta literatura investiga se o gênero do político se relaciona de alguma forma com indicadores de corrupção, e evidências iniciais mostraram que parlamentos com maior representação feminina tinham menores níveis de corrupção (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001), além de as mulheres serem menos tolerantes com corrupção do que os homens (SWAMY et al., 2001). Embora estes primeiros resultados sejam questionáveis¹, eles deram vida a um crescente campo de estudos. Evidências mais recentes mostraram que as prefeitas brasileiras foram menos propensas a se envolver em casos de corrupção do que homens (BROLLO; TROIANO, 2016), e além de serem menos vulneráveis a oportunismos políticos, as legisladoras na Índia também tiveram menor propensão à corrupção (BASKARAN; BHALOTRA; UPPAL, 2021). Embora este fenômeno continue a ser observado em outras evidências, como na Itália e China (DECAROLIS et al., 2021), pode-se argumentar que as mulheres não são intrinsecamente menos corruptas do que os homens, mas que o contexto institucional e político, ao castigar ou premiar a corrupção, afeta o comportamento de homens e mulheres de maneiras distintas (ESAREY; CHIRILLO, 2013).

No que tange à relação entre gênero dos políticos e educação, foi possível constatar que uma maior representatividade feminina no legislativo local teve um impacto positivo nas despesas com educação nos municípios suecos (SVALERYD, 2009). Na Índia, um aumento da proporção de mulheres nos parlamentos locais elevou a probabilidade de um indivíduo atingir o ensino fundamental em áreas urbanas (CLOTS-FIGUERAS, 2012). Por outro lado, não foi possível encontrar efeito semelhante para o caso brasileiro (BARBOSA, 2015).

A área da saúde parece ser outra dimensão na qual o gênero dos políticos pode ter relevância. Um dos primeiros estudos a este respeito apontou que uma maior participação de mulheres no legislativo estadual foi responsável por um aumento nas despesas em saúde nos estados americanos (REHAVI, 2007). Nos países em desenvolvimento, Bhalotra e Clots-Figueras (2014) sugerem que uma maior representatividade feminina na política pode ser uma ferramenta para lidar com problemas de saúde em países em desenvolvimento, como na Índia, no qual um aumento de 10 pontos percentuais na representação feminina nos parlamentos reduziu a mortalidade neonatal em 2,1 pontos percentuais. Já no Brasil, municípios liderados por prefeitas tiveram melhores resultados de saúde relacionados ao pré-natal (BROLLO; TROIANO, 2016).

Devido às dificuldades que as mulheres têm em se inserir no ambiente político, um desdobramento adicional da literatura visa entender qual o papel do gênero em influenciar a entrada de mulheres na política. Atkeson (2003) encontra que a candidatura de mulheres competitivas na arena política gera um maior engajamento político das mulheres, estando em linha com ou-

¹ Branisa e Ziegler (2010) argumentam que na verdade este resultado ocorre por um viés de variável omitida, dado que a corrupção é maior em países onde as instituições sociais privam as mulheres de sua liberdade de participar da vida social. Complementando, Esarey e Schwindt-Bayer (2019) demonstram que ao mesmo tempo em que a corrupção dificulta a inserção de mulheres na política, uma maior participação feminina também reduz a corrupção.

tras evidências que sugerem que ter outras mulheres eleitas em cargos proeminentes impacta positivamente a participação feminina (CAMPBELL; WOLBRECHT, 2006; WOLBRECHT; CAMPBELL, 2007; BEAMAN et al., 2012). Ao mesmo tempo em que a eleição de uma liderança feminina pode abrir caminho para mais mulheres entrarem na política (BASKARAN; HESSAMI, 2018), o desempenho ruim de uma mulher durante as eleições também pode afetar negativamente o engajamento feminino no caso brasileiro (ARVATE; FIRPO; PIERI, 2021). Em contraste, a eleição de mulheres no legislativo americano não aparentou impactar de forma significativa a participação política feminina (BROOCKMAN, 2014).

O cuidado e priorização com relação às crianças aparenta ser outro ponto que diferencia gestões políticas masculinas e femininas. Com a conquista das sufragistas americanas, o consequente aumento da participação feminina foi seguido de mudanças importantes com relação às despesas com saúde, o que levou a uma redução da mortalidade infantil em até 15% (MILLER, 2008). Semelhantemente, a representação feminina no legislativo local aparenta ter uma relação direta com maiores investimentos em creches suecas (SVALERYD, 2009) e alemãs (BASKARAN; HESSAMI, 2019).

A discussão sobre o papel das mulheres na política compreende uma gama de teorias econômicas e políticas e evidências empíricas. Esta seção ressaltou uma complexa interação entre ambos, no qual modelos teóricos como o *citizen-candidate* destacam a importância das preferências e identidades dos candidatos, incluindo o gênero, na formulação de políticas. Evidências empíricas corroboram a teoria, sugerindo que mulheres na política tendem a priorizar questões que refletem suas experiências e preocupações, como saúde, educação, e combate à corrupção.

A literatura também demonstra a relação da violência de gênero com a representatividade feminina na política. Pelo lado teórico, a relação é ambígua, dado que existem mecanismos que explicam como a maior presença de mulheres na política pode induzir à redução ou ao aumento dos casos de violência contra as mulheres. Já as evidências sugerem que mulheres em cargos políticos de relevância tendem a mitigar a violência de gênero ao longo do seu mandato. No entanto, essa literatura revela uma lacuna ao focar somente na atuação das mulheres enquanto líderes políticas relevantes, sem levar em conta a dificuldade de inserção feminina na política e as possibilidades de entrada através de cargos políticos menos proeminentes. Para endereçar esta questão, o presente trabalho contribui com a literatura ao se debruçar sobre o papel das mulheres dentro de chapas eleitorais, de tal modo que a análise deixa de se concentrar no papel da mulher enquanto prefeita, mas abarca também a sua atuação enquanto vice-prefeita, que é um cargo de menor relevância política e barreira de entrada.

4 METODOLOGIA

No atual estado da arte dos estudos sobre gênero e liderança política, uma parte relevante dos trabalhos empíricos tem se concentrado na comparação entre o desempenho de prefeitos e prefeitas. Ao colocar em pauta a figura dos vice-prefeitos, o foco tradicionalmente dado aos prefeitos é redirecionado. Isso possibilita entender de que maneira a composição de gênero das chapas pode influenciar determinadas variáveis de interesse.

Esse desenho permite investigar a hipótese de que chapas compostas exclusivamente por homens, ocupando ambos os cargos de prefeito e vice, podem ter um desempenho diferente em comparação com chapas que incluem ao menos uma mulher. Além disso, a posição ocupada pela mulher na chapa, seja como principal figura de liderança (prefeita) ou em uma função secundária (vice-prefeita), surge como uma dimensão adicional a ser explorada.

Para facilitar a discussão, certas convenções serão empregadas para designar as diferentes composições de gênero das chapas. Chapas compostas inteiramente por homens serão denominadas “HH”, como abreviação de homem-homem. De forma análoga, a sigla “MM” designará chapas exclusivamente femininas. No caso de uma chapa com um prefeito homem e uma vice mulher, a convenção “HM” será aplicada. Inversamente, “MH” será usado para chapas com uma prefeita mulher e um vice homem.

Uma comparação simples entre o desempenho de municípios liderados pelos diferentes tipos de chapas pode acarretar uma série de problemas, como um viés de seleção, por exemplo. Tendo em vista que municípios mais propensos a eleger mulheres também podem ter um perfil mais progressista, eventuais diferenças encontradas podem ser resultado dessas características da população, e não da composição de gênero da chapa.

Uma possível solução para problemas desta natureza, segundo Lee (2008), é identificar um “quase-experimento”, no qual as características da população são semelhantes, e o único fator que diferencia os municípios é o gênero dos governantes. Assim, ao estabelecer um desenho no qual a composição de gênero da chapa é decidida de forma quase que aleatória, é possível isolar o seu efeito causal nas políticas, se todo o resto for mantido igual.

Uma forma de obter este efeito é por meio da análise de eleições acirradas entre chapas de gêneros distintos. Suponha uma competição entre uma chapa composta apenas por homens contra uma chapa composta por um homem e uma mulher. Se uma delas vence a eleição por uma margem de vitória relativamente pequena, pode-se afirmar, sob algumas hipóteses, que a composição de gênero da chapa vencedora é mero fruto do acaso, dado que foram controlados também possíveis vieses das características dos municípios.

Neste exemplo, um Desenho de Regressão Descontínua (RDD), possibilita verificar como chapas com mulheres desempenham em certos indicadores quando comparadas com chapas compostas apenas por homens. Em linhas gerais, um RDD é empregado na análise de efeitos causais quando a probabilidade de se receber um certo tratamento depende de uma variável de atribuição e de um determinado ponto de corte que separa os grupos de controle e tratamento. No contexto de eleições, estabelece-se que um município fará parte do grupo de tratados se ele

for governado por uma chapa com ao menos uma mulher – dado que ela concorreu com uma chapa sem mulheres –, ou pertencerá ao grupo de controle se for governado por uma chapa composta apenas homens – dado que ela concorreu com uma chapa com ao menos uma mulher. A proporção de votos que cada chapa recebeu é usada como variável de atribuição, isto é, se em um certo município uma chapa com mulheres competiu com uma chapa sem mulheres e a diferença de votos for estritamente positiva em favor da primeira, então esse municípios recebe o tratamento, caso contrário, não.

A identificação do efeito causal tem como pressuposto que municípios nos quais uma chapa com mulheres venceu a eleição por uma margem pequena são similares àqueles em que esta chapa perdeu a eleição por uma margem também pequena. A forma funcional da estimação é:

$$Y_{it} = \alpha + \beta M_{it} + f(MV_{it}) + X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4.1)$$

na qual Y_{it} é um indicador do número de assassinatos de mulheres ocorridos no município i durante o mandato eleitoral t . A variável $M_{it} \in \{0, 1\}$ indica se, no município i , uma chapa com ao menos uma mulher venceu a eleição quando concorreu com uma chapa sem mulheres, e $MV_{it} \in [-1, 1]$ é a *running variable*, que denota a margem de vitória que a primeira teve em relação à última. A função $f(\cdot)$ é uma função polinomial calculada na margem de vitória¹, ao passo que X_{it} abarca um conjunto de covariadas relacionadas às características dos municípios e efeitos fixos de estado. Por fim, ε_{it} é o termo de erro.

$$M_{it} = \begin{cases} 1 & \iff MV_{it} > 0 \\ 0 & \iff MV_{it} < 0 \end{cases}$$

Dado que as chapas com mulheres podem ser compostas de três formas diferentes – HM, MH e MM –, idealmente deveriam ser empregadas três especificações diferentes, sendo uma para cada tipo de chapa. Apesar disso, como será apresentado na seção seguinte, o número de disputas de chapas MM contra chapas HH é irrisório, impossibilitando quaisquer comparações diretas. Como uma forma de não perder totalmente estes dados, uma alternativa foi incluir uma terceira especificação (além de HH contra HM e HH contra MH) no qual o grupo de controle será o mesmo, mas o grupo de tratamento comportará municípios nos quais as chapas vencedoras foram HM, ou MH, ou MM. Neste sentido, a variável M_{it} representa a simples presença de ao menos uma mulher na chapa, podendo ser HM, MH ou HM/MH/MM. Em suma, a inclusão das disputas de chapas HH contra chapas HM/MH/MM visa identificar o efeito médio da presença de mulheres na chapa oposta, independentemente se na posição de prefeita, vice-prefeita ou ambas.

Uma especificidade do RDD reside no fato de que os seus resultados são sensíveis à escolha da banda. Sabendo que MV_{it} pode assumir quaisquer valores entre -1 e 1, é necessário cautela ao definir os grupos de controle e tratamento com base na margem de vitória. Embora possa-se

¹ A função $f(\cdot)$ foi definida como um polinômio de ordem 1, tendo em vista que polinômios de ordens maiores não são recomendados nestas especificações (GELMAN; IMBENS, 2019).

considerar que municípios nos quais uma chapa com mulheres venceu as eleições por uma margem de 1% são suficientemente semelhantes àqueles em que uma chapa sem mulheres venceu pela mesma margem, o mesmo pode não valer para margens de 20% ou 30%, por exemplo. Para superar esta arbitrariedade ligada à escolha das bandas foi utilizada a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2015) que encontra bandas ótimas com base nos dados fornecidos.

Garantir que não haja manipulação ao redor do *cutoff* é uma das maneiras de verificar que o RDD seja de fato uma estratégia apropriada de identificação, isto é, deve-se checar que a margem de vitória não está sendo manipulada em favor de uma chapa ou de outra. O teste de McCrary (MCCRARY, 2008) verifica se a densidade da variável de atribuição – no caso, margem de votos – é contínua ao redor do ponto de corte. A hipótese nula do teste é de continuidade da densidade, tal que rejeitá-la indica uma potencial manipulação ao redor do ponto de corte.

Outra forma de validar o RDD como estratégia de identificação é garantindo que haja continuidade das características dos municípios. Isso significa que os grupos de tratamento e de controle são praticamente idênticos em todos os aspectos, exceto pelo fato de um grupo receber o tratamento e o outro não. No contexto de disputas eleitorais entre chapas de diferentes composições de gênero, espera-se que os grupos de tratamento e controle sejam muito parecidos, exceto pelo fato de que em um deles, venceu-se a chapa com mulheres, e em outro, não.

Nesta perspectiva, primeiro faz-se necessário definir o tamanho do *bandwidth* ideal, para em seguida comparar as características dos grupos dos dois lados do ponto de corte. Se eles tiverem características suficientemente semelhantes em variáveis observáveis – como tamanho da população, proporção de mulheres e proporção candidatas ao cargo de vereadoras, por exemplo –, isso dá um indício de que os grupos também serão semelhantes em termos das variáveis não observáveis. Essa continuidade das características dos municípios permite inferir que qualquer mudança notada na variável de interesse é, de fato, um reflexo do tratamento, tornando as conclusões sobre o seu efeito mais seguras e fundamentadas.

Além das estimações para os mandatos eleitorais 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, também é empregada uma nova especificação que agrega os dados para todos os períodos disponíveis. Tendo em vista que os crimes de assassinatos de mulheres têm sua própria dinâmica de evolução ao longo do tempo, esta especificação controla também por efeitos fixos de tempo, relativos aos quatro anos do mandato eleitoral.

5 DADOS

5.1 Eleições municipais

O presente trabalho utiliza dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com foco nas eleições municipais realizadas nos anos de 2008, 2012 e 2016, que contemplam os mandatos eleitorais de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente. Os municípios que passaram por eleições suplementares ficaram de fora da amostra, tendo em vista que este tipo de eleição pode ocorrer em qualquer período ao longo do mandato. As eleições decididas em um segundo turno também não foram incluídas, primeiro porque eleições de segundo turno só acontecem em municípios com mais de 200 mil habitantes – o que elevaria a média populacional da amostra –, mas também para evitar que o resultado encontrado não seja afetado pela dinâmica única que eleições de segundo turno têm.

A distribuição do gênero dos candidatos nestes municípios pode ser observada na Tabela 1. A dominância masculina nas candidaturas a ambos os cargos é nítida em todas as disputas. Nas três disputas eleitorais, os homens representaram mais de 86% dos candidatos a prefeito e mais de 82% dos candidatos a vice-prefeito. Por consequência, a grande maioria das chapas candidatas foi composta apenas por homens (por volta de 72%) ao passo que menos de 2% foram compostas apenas por mulheres.

Atentando para o fato de que a utilização do RDD no contexto de eleições requer que haja mais de uma chapa candidata na disputa, naturalmente também ficaram de fora da amostra os municípios com candidatura única. Nos casos com mais de duas chapas concorrentes, foram selecionadas aquelas que alcançaram o primeiro e segundo lugar no número de votos totais. Em mais de 50% dos municípios as eleições foram travadas entre duas chapas nas quais tanto o candidato a prefeito quanto o candidato a vice-prefeito eram homens (HH), conforme evidencia a Tabela 2.

Esta mesma tabela também torna nítida as diferenças da participação feminina nas disputas políticas. Enquanto entre 2.641 e 2.952 municípios tiveram apenas homens nas duas chapas mais votadas, o número de municípios que tiveram apenas mulheres nos primeiros lugares da disputa eleitoral é de no máximo 3.

Por volta de 20% dos municípios tiveram uma chapa mista no formato homem-mulher disputando contra chapas homem-homem, ao passo que entre 14,4% e 17,7% presenciariam disputas entre chapas homem-homem contra mulher-homem. Importante notar que essa amostra ainda não passou pela metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2015) para a escolha de banda ótima, isto é, e a quantidade de observações apresentadas em cada tabela não necessariamente reflete o tamanho da amostra a ser utilizado nas estimações.

Tabela 1 – Distribuição do número de candidaturas conforme a o gênero dos candidatos a prefeito e a vice-prefeito que disputaram as eleições municipais entre 2008 e 2016

<i>Painel 1 - Eleições municipais de 2008</i>			
Gênero do candidato a vice-prefeito		Gênero do candidato a prefeito	
		Homem	Mulher
	Homem	74.9% (10187)	9.5% (1296)
	Mulher	14.2% (1938)	1.2% (172)
<i>Painel 2 - Eleições municipais de 2012</i>			
Gênero do candidato a vice-prefeito		Gênero do candidato a prefeito	
		Homem	Mulher
	Homem	71.5% (9570)	11.3% (1513)
	Mulher	15.3% (2058)	1.7% (232)
<i>Painel 3 - Eleições municipais de 2016</i>			
Gênero do candidato a vice-prefeito		Gênero do candidato a prefeito	
		Homem	Mulher
	Homem	71.6% (10344)	11.0% (1601)
	Mulher	15.3% (2215)	1.9% (286)
<i>Painel 4 - Eleições municipais de 2008, 2012 e 2016</i>			
Gênero do candidato a vice-prefeito		Gênero do candidato a prefeito	
		Homem	Mulher
	Homem	72,6% (30101)	10,6% (4410)
	Mulher	14,9% (6211)	1,6% (690)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Nota: Número de observações entre parêntesis.

Tabela 2 – Distribuição do número de municípios conforme a composição de gênero das duas principais chapas que disputaram as eleições municipais entre 2008 e 2016

<i>Painel 1 - Eleições municipais de 2008</i>					
		Composição de gênero da primeira chapa			
		HH	HM	MH	MM
Composição de gênero da segunda chapa	HH	59.0% (2952)			
	HM	19.4% (973)	1.5% (79)		
	MH	14.4% (721)	2.6% (133)	0.9% (47)	
	MM	1.4% (71)	0.3% (15)	0.1% (8)	~0.0% (1)
<i>Painel 2 - Eleições municipais de 2012</i>					
		Composição de gênero da primeira chapa			
		HH	HM	MH	MM
Composição de gênero da segunda chapa	HH	53.0% (2641)			
	HM	19.7% (985)	2.7% (135)		
	MH	17.1% (854)	3.0% (150)	1.3% (65)	
	MM	1.9% (99)	0.5% (27)	0.4% (22)	~0.0% (3)
<i>Painel 3 - Eleições municipais de 2016</i>					
		Composição de gênero da primeira chapa			
		HH	HM	MH	MM
Composição de gênero da segunda chapa	HH	53.9% (2773)			
	HM	19.0% (977)	2.2% (115)		
	MH	16.7% (861)	3.2% (167)	1.1% (61)	
	MM	2.4% (125)	0.7% (36)	0.4% (19)	~0.0% (2)
<i>Painel 4 - Eleições municipais de 2008, 2012 e 2016</i>					
		Composição de gênero da primeira chapa			
		HH	HM	MH	MM
Composição de gênero da segunda chapa	HH	55,3% (8366)			
	HM	19,4% (2935)	2,1% (329)		
	MH	16,1% (2436)	2,9% (450)	1,1% (173)	
	MM	1,9% (295)	0,5% (78)	0,3% (49)	~0,0% (6)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Nota: HH (Homem-Homem) refere-se a um candidato a prefeito do gênero masculino e seu vice do gênero masculino. HM (Homem-Mulher) indica um candidato a prefeito do gênero masculino e seu vice do gênero feminino. MH (Mulher-Homem) denota uma candidata a prefeita do gênero feminino e seu vice do gênero masculino. MM (Mulher-Mulher) representa ambas as candidatas, a prefeita e vice, do gênero feminino. Foram consideradas apenas chapas que alcançaram o primeiro e segundo lugar no número de votos totais no município, descartando municípios com chapa única ou que tiveram eleições de segundo turno ou suplementares. Os termos “primeira chapa” ou “segunda chapa” são apenas nomeações arbitrárias, não distinguindo entre vencedoras ou perdedoras. Número de observações entre parênteses.

5.2 Violência

Ao passo que os dados de eleições se iniciam em 2008, a série histórica de assassinatos de mulheres utilizada neste trabalho começa em 2005, para cobrir os dados de violência nos mandatos eleitorais anteriores. Os dados de mortes de mulheres ao nível municipal foram obtidos do DATASUS, por meio da plataforma TABNET. Violência contra mulheres é definida como assassinatos de mulheres, cuja causa da morte tenha sido classificada de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09. O CID-10 é uma lista publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de padronizar os códigos de doenças e outros problemas relacionados à saúde. As categorias X-85 a Y-09, por sua vez, referem-se a causas externas de morte causadas por outra pessoa, seja com o emprego de violência física, armas de fogo, medicamentos, entre outros.

Tendo em vista que a faixa etária entre 15 e 49 anos é a mais suscetível a sofrer de atos de violência por parceiros (PEROVA; REYNOLDS, 2017), foram selecionados apenas os dados referentes a essa faixa. Este filtro leva a outra importante divisão na base de dados: o local onde a violência ocorreu, isto é, além da violência total contra mulheres, também é possível investigar se os casos ocorreram dentro ou fora de casa. Para fazer uma representação mais fidedigna do desempenho das chapas eleitas, os dados de assassinatos foram agregados para os quatro anos do mandato. Além disso, a comparação entre diferentes municípios é facilitada ao padronizar os dados em uma escala comum de 100 mil habitantes.

É válido notar que embora alguns municípios estejam ausentes nas bases de dados, acredita-se que essa ausência não seja sistemática, de modo que não cause viés nas estimativas. Em tempo, foi possível coletar na plataforma TABNET dados de assassinatos totais contra mulheres em pouco mais de 4500 municípios, e por volta de 77% destes disponibilizaram dados de assassinatos ocorridos dentro de casa. Uma breve análise exploratória sobre os dados de violência e sua relação com as disputas eleitorais pode ser consultada no anexo A.

A nomenclatura das variáveis que mensuram violência varia de acordo com o período e o tipo de violência. Para as eleições de 2008 – com mandato eleitoral de 2009 a 2012 –, por exemplo, os dados de assassinatos totais são denotados como $v_{09_12_100khab}$, que indica violência (v) total entre 2009 e 2012, por 100 mil habitantes. Já $vd_{09_12_100khab}$ registra os números de violência doméstica (vd) para o mesmo período. Para encontrar os assassinatos ocorridos fora de casa, é necessário fazer a diferença (d) entre os assassinatos totais e domésticos, tal que $d_{09_12_100khab} = v_{09_12_100khab} - vd_{09_12_100khab}$.

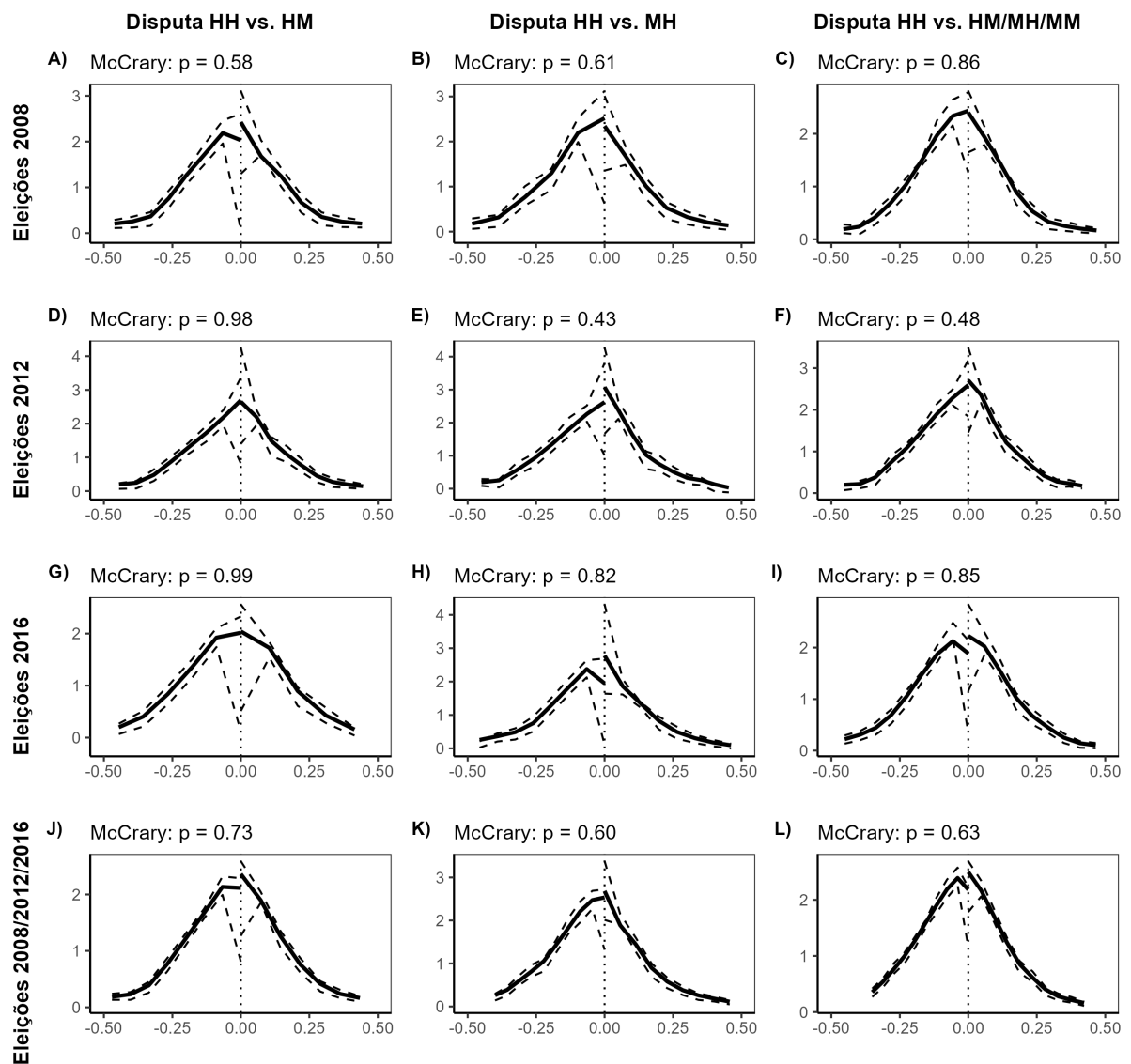
5.3 Covariadas e balanceamento

As variáveis de controle se originam do censo de 2010, cujas informações são coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta base, foram utilizados dados a nível municipal sobre população (pop_total), proporção de mulheres na população ($prop_mulheres$) e a proporção de pessoas morando em área urbana ($prop_urbano$). Outras covariadas extraídas

do TSE buscam levar em consideração a representatividade que as mulheres têm na política dos municípios. Para mensurar isso, incluíram-se variáveis de proporção de candidatas mulheres aos cargos de vereadoras (*prop_cand_m*) e proporção de mulheres que de fato se elegeram para este mesmo cargo (*prop_elei_m*).

Um dos pressupostos que garante a confiabilidade do método de regressão descontínua é que a variável de atribuição não seja passível de manipulação, isto é, que os indivíduos – no caso, os municípios – não consigam manipular a quantidade de votos em favor de uma ou outra candidatura. Para que isso seja verdade, é necessário que a densidade da variável de atribuição seja contínua ao redor do ponto de corte, e uma metodologia comumente utilizada para essa verificação é o teste de McCrary, conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Testes de McCrary para as combinações de disputas e mandatos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Nela, além da visualização gráfica da densidade da margem de votos, estão dispostos os

p-valores para os testes em cada par *eleição-disputa*. Tendo em vista que a hipótese nula do teste é de continuidade da densidade ao redor do ponto de corte, ao não rejeitá-la, os p-valores da figura 1 garantem a ausência de manipulação desta variável.

Outro pressuposto importante do RDD é que os grupos de tratados e controles sejam estatisticamente semelhantes, com exceção do fato de receberem o tratamento ou não, e espera-se que as características dos municípios não sofram mudanças abruptas ao redor do ponto de corte. O fato de os grupos terem características semelhantes nas variáveis observáveis ao redor do limiar fortalece a ideia de que as variáveis não observáveis também serão semelhantes entre os grupos, reduzindo a possibilidade de viés. A fim de checar essa similaridade entre os grupos é possível realizar testes de balanceamento das covariadas, conforme dispostos nas tabelas 3, 4 e 5, referentes aos mandatos eleitorais de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente.

As três tabelas seguem uma estrutura exatamente igual, sendo a única diferença entre elas o período analisado. Em cada uma delas, três painéis dividem as amostras com relação ao tipo de assassinato: total, dentro de casa ou fora de casa. Para cada painel, também há uma divisão horizontal da amostra entre *antes* e *depois* da escolha da banda ótima através do método de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2015). Três grupos de colunas identificam o tipo de disputa de chapas: HH vs. HM, HH vs. MH e HH vs. HM/MH/MM, e nas linhas, à esquerda, estão listadas as variáveis de controle utilizadas na estimação, bem como a variável dependente e o número de observações. Dentro de cada disputa, os valores numéricos representam as médias para as respectivas amostras, e o p-valor indica o resultado do teste de diferença de médias.

Para exemplificar, observemos as características dos municípios entre 2009 e 2012 na tabela 3, e em especial as disputas entre chapas HH e HM no primeiro painel. Observando os assassinatos por 100 mil habitantes no mandato *anterior* (*v_05_08_100khab*), nota-se que antes da escolha da banda ótima – isto é, com a amostra completa –, municípios que elegeram uma chapa HH tinham uma média de 5.51 mortes por 100 mil habitantes, ao passo que os municípios que elegeram uma chapa HM tiveram uma média de 5.42. Embora o p-valor de 0.86 indique que estas médias não sejam estatisticamente diferentes, é necessário olhar principalmente para os valores da amostra ao redor da banda ótima – na seção “Depois da escolha da banda ótima”. Neste caso, na mesma variável (*v_05_08_100khab*), observa-se que os municípios que elegeram chapas HH tiveram uma média ligeiramente maior do que antes da seleção de banda ótima (5.76 em relação a 5.51). Ainda que a média para os municípios HM tenha se mantido a mesma (5.42), o p-valor de 0.63 indica que estas médias são estatisticamente iguais.

A tabela 5 apresenta outro exemplo, agora no segundo painel e nas disputas de chapas HH contra chapas MH. Especificamente na variável de proporção de mulheres vereadoras eleitas (*prop_elei_m*), inicialmente o p-valor de 0.04 indica que os municípios têm proporções estatisticamente diferentes, mas ao restringir a amostra para os municípios ao redor do ponto de corte, o p-valor muda para 0.07, indicando igualdade entre as médias. O fato de as diferenças de média não serem estatisticamente significantes é um sinal positivo – nesta e em outras variáveis –, pois demonstra que os municípios dentro da banda ótima são suficientemente semelhantes entre si, e reforça que possíveis resultados encontrados sejam efeitos do tratamento.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2009 a 2012

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	30783.23	34094.72	0.5	33849.14	38403.93	0.71	32086.28	35754.82	0.51
prop_mulheres	0.50	0.50	0.87	0.50	0.50	0.75	0.50	0.50	0.85
prop_urbano	0.66	0.68	0.18	0.66	0.65	0.73	0.66	0.67	0.29
prop_cand_m	0.22	0.22	0.72	0.22	0.22	0.92	0.22	0.22	0.82
prop_elei_m	0.12	0.13	0.2	0.13	0.13	0.96	0.13	0.13	0.26
v_05_08_100khab	5.51	5.42	0.86	5.65	6.29	0.32	5.60	5.70	0.81
v_09_12_100khab	7.03	7.12	0.89	6.75	7.63	0.28	7.06	7.26	0.69
n_obs	444	373		359	232		839	624	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	23848.87	31912.98	0.06	26216.68	26410.09	0.96	24504.55	30730.90	0.04
prop_mulheres	0.50	0.50	0.9	0.50	0.50	0.54	0.50	0.50	0.5
prop_urbano	0.65	0.67	0.18	0.65	0.64	0.51	0.65	0.66	0.23
prop_cand_m	0.22	0.22	0.65	0.22	0.22	0.87	0.22	0.22	0.81
prop_elei_m	0.13	0.13	0.56	0.13	0.13	0.74	0.13	0.13	0.71
v_05_08_100khab	5.76	5.42	0.63	5.44	6.50	0.18	5.64	5.73	0.86
v_09_12_100khab	6.57	7.13	0.47	6.93	8.02	0.28	6.95	7.40	0.43
n_obs	266	246		235	169		588	461	
Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	36020.56	41596.10	0.37	40311.36	43587.93	0.83	37820.37	42741.44	0.48
prop_mulheres	0.50	0.50	0.57	0.50	0.50	0.45	0.50	0.50	0.31
prop_urbano	0.67	0.70	0.08	0.67	0.66	0.6	0.67	0.68	0.25
prop_cand_m	0.22	0.22	0.42	0.22	0.22	0.89	0.22	0.22	0.44
prop_elei_m	0.12	0.13	0.3	0.13	0.13	0.97	0.12	0.13	0.34
vd_05_08_100khab	2.58	2.17	0.34	2.82	2.96	0.81	2.75	2.49	0.46
vd_09_12_100khab	3.26	3.32	0.89	3.18	3.43	0.7	3.22	3.31	0.81
n_obs	354	284		283	193		666	488	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	25587.13	40329.31	0.01	31099.99	31848.30	0.9	27702.59	36886.35	0.02
prop_mulheres	0.50	0.50	0.56	0.50	0.50	0.96	0.50	0.50	0.52
prop_urbano	0.65	0.70	0.02	0.65	0.64	0.8	0.65	0.67	0.16
prop_cand_m	0.22	0.22	0.86	0.22	0.22	0.68	0.22	0.22	0.95
prop_elei_m	0.12	0.13	0.47	0.13	0.12	0.34	0.13	0.13	0.85
vd_05_08_100khab	2.60	2.12	0.34	2.06	2.52	0.46	2.54	2.45	0.84
vd_09_12_100khab	3.30	3.24	0.91	3.66	3.39	0.74	3.61	3.17	0.35
n_obs	210	177		141	111		365	292	
Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	36020.56	41596.10	0.37	40311.36	43587.93	0.83	37820.37	42741.44	0.48
prop_mulheres	0.50	0.50	0.57	0.50	0.50	0.45	0.50	0.50	0.31
prop_urbano	0.67	0.70	0.08	0.67	0.66	0.6	0.67	0.68	0.25
prop_cand_m	0.22	0.22	0.42	0.22	0.22	0.89	0.22	0.22	0.44
prop_elei_m	0.12	0.13	0.3	0.13	0.13	0.97	0.12	0.13	0.34
d_05_08_100khab	3.28	3.48	0.62	3.19	3.98	0.12	3.24	3.66	0.18
d_09_12_100khab	4.33	4.31	0.97	4.46	4.91	0.5	4.45	4.54	0.82
n_obs	354	284		283	193		666	488	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	26054.96	40920.04	0.01	30469.25	30614.69	0.98	27702.59	36886.35	0.02
prop_mulheres	0.50	0.50	0.47	0.50	0.50	0.72	0.50	0.50	0.52
prop_urbano	0.66	0.70	0.04	0.66	0.65	0.56	0.65	0.67	0.16
prop_cand_m	0.22	0.22	0.52	0.22	0.22	0.99	0.22	0.22	0.95
prop_elei_m	0.13	0.13	0.83	0.13	0.12	0.34	0.13	0.13	0.85
d_05_08_100khab	3.34	3.88	0.33	3.19	3.99	0.2	3.15	3.98	0.04
d_09_12_100khab	4.40	4.48	0.9	4.03	5.37	0.1	4.15	4.99	0.09
n_obs	200	170		171	130		365	292	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2013 a 2016

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	34446.75	29207.80	0.29	32635.88	25402.44	0.14	33435.07	27125.46	0.06
prop_mulheres	0.50	0.50	0.15	0.50	0.49	0.25	0.50	0.50	0.06
prop_urbano	0.67	0.68	0.62	0.65	0.65	0.76	0.66	0.66	0.84
prop_cand_m	0.32	0.32	0.34	0.32	0.32	0.79	0.32	0.32	0.63
prop_elei_m	0.13	0.14	0.06	0.14	0.15	0.1	0.13	0.15	0.02
v_09_12_100khab	6.91	7.41	0.41	6.85	7.20	0.65	6.91	7.29	0.42
v_13_16_100khab	7.94	8.22	0.68	8.81	6.41	0	8.33	7.57	0.12
n_obs	451	376		396	304		891	705	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	26496.99	25503.75	0.76	25844.98	23479.54	0.49	25537.05	24360.20	0.63
prop_mulheres	0.50	0.50	0.18	0.50	0.50	0.47	0.50	0.50	0.38
prop_urbano	0.66	0.67	0.6	0.63	0.64	0.72	0.65	0.66	0.28
prop_cand_m	0.32	0.32	0.18	0.32	0.32	0.58	0.32	0.32	0.31
prop_elei_m	0.13	0.14	0.06	0.15	0.16	0.39	0.14	0.15	0.01
v_09_12_100khab	7.02	7.52	0.49	6.70	7.42	0.44	6.82	7.28	0.45
v_13_16_100khab	8.00	7.83	0.82	8.48	6.31	0.01	8.15	7.46	0.23
n_obs	347	300		281	239		579	503	
Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	40968.66	35068.46	0.33	38992.81	29560.13	0.13	40140.72	32065.59	0.06
prop_mulheres	0.50	0.50	0.39	0.50	0.50	0.45	0.50	0.50	0.18
prop_urbano	0.69	0.70	0.57	0.68	0.67	0.29	0.69	0.68	0.76
prop_cand_m	0.32	0.32	0.06	0.32	0.32	0.84	0.32	0.32	0.24
prop_elei_m	0.12	0.13	0.59	0.13	0.15	0.04	0.13	0.14	0.06
vd_09_12_100khab	3.10	3.36	0.59	3.29	3.57	0.65	3.17	3.41	0.53
vd_13_16_100khab	3.85	3.20	0.21	4.56	2.79	0	4.11	3.09	0.01
n_obs	358	292		306	241		693	554	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	31357.89	30892.75	0.92	27959.77	27805.89	0.97	29640.56	28798.75	0.79
prop_mulheres	0.50	0.50	0.84	0.50	0.50	0.67	0.50	0.50	0.85
prop_urbano	0.68	0.69	0.47	0.67	0.67	0.85	0.67	0.68	0.79
prop_cand_m	0.32	0.32	0.03	0.33	0.32	0.25	0.32	0.32	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.93	0.14	0.16	0.07	0.14	0.15	0.24
vd_09_12_100khab	3.51	3.38	0.84	3.36	3.76	0.61	3.40	3.40	1
vd_13_16_100khab	3.65	2.74	0.09	4.80	2.93	0.02	4.13	3.01	0.01
n_obs	227	198		166	154		411	364	
Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	40968.66	35068.46	0.33	38992.81	29560.13	0.13	40140.72	32065.59	0.06
prop_mulheres	0.50	0.50	0.39	0.50	0.50	0.45	0.50	0.50	0.18
prop_urbano	0.69	0.70	0.57	0.68	0.67	0.29	0.69	0.68	0.76
prop_cand_m	0.32	0.32	0.06	0.32	0.32	0.84	0.32	0.32	0.24
prop_elei_m	0.12	0.13	0.59	0.13	0.15	0.04	0.13	0.14	0.06
d_09_12_100khab	4.59	4.65	0.9	4.33	4.58	0.73	4.44	4.66	0.59
d_13_16_100khab	4.57	5.63	0.06	5.49	4.30	0.04	5.03	5.12	0.83
n_obs	358	292		306	241		693	554	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	31647.58	30422.53	0.77	28505.66	27958.58	0.91	29640.56	28798.75	0.79
prop_mulheres	0.50	0.50	0.72	0.50	0.50	0.79	0.50	0.50	0.85
prop_urbano	0.68	0.69	0.61	0.67	0.67	0.75	0.67	0.68	0.79
prop_cand_m	0.32	0.32	0.01	0.33	0.32	0.2	0.32	0.32	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.94	0.13	0.16	0.05	0.14	0.15	0.24
d_09_12_100khab	4.36	4.49	0.82	4.06	5.04	0.33	4.00	4.84	0.11
d_13_16_100khab	4.64	5.69	0.12	4.91	4.64	0.7	4.65	5.32	0.18
n_obs	251	212		160	153		411	364	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas para o mandato de 2017 a 2020

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	34971.78	30097.21	0.26	27968.08	23880.34	0.24	33641.97	27386.83	0.12
prop_mulheres	0.50	0.50	0.38	0.49	0.50	0.6	0.50	0.50	0.21
prop_urbano	0.68	0.67	0.71	0.63	0.65	0.32	0.65	0.66	0.43
prop_cand_m	0.33	0.33	0.42	0.33	0.33	0	0.33	0.33	0.08
prop_elei_m	0.13	0.13	0.4	0.15	0.14	0.35	0.14	0.14	0.99
v_13_16_100khab	7.42	8.41	0.16	6.77	7.93	0.11	7.23	8.26	0.04
v_17_20_100khab	8.04	7.07	0.17	7.99	8.57	0.49	7.93	7.81	0.83
n_obs	433	364		403	301		895	706	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	25957.88	28139.78	0.66	22952.57	21426.01	0.61	24184.21	25847.19	0.55
prop_mulheres	0.50	0.50	0.98	0.49	0.49	0.86	0.50	0.50	0.88
prop_urbano	0.65	0.67	0.41	0.61	0.63	0.39	0.63	0.65	0.11
prop_cand_m	0.33	0.33	0.99	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.67	0.16	0.14	0.08	0.14	0.14	0.59
v_13_16_100khab	6.55	8.27	0.05	6.80	8.18	0.15	6.81	8.29	0.02
v_17_20_100khab	7.67	7.16	0.58	8.16	9.26	0.33	7.89	8.15	0.71
n_obs	210	207		229	188		470	423	
Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	42839.94	35455.67	0.19	33393.86	28357.55	0.26	40696.97	32231.92	0.1
prop_mulheres	0.50	0.50	0.92	0.50	0.50	0.63	0.50	0.50	0.53
prop_urbano	0.70	0.69	0.68	0.66	0.67	0.73	0.67	0.68	0.72
prop_cand_m	0.33	0.33	0.65	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.08
prop_elei_m	0.13	0.13	0.61	0.15	0.13	0.15	0.14	0.13	0.67
vd_13_16_100khab	3.57	4.23	0.28	3.07	3.72	0.29	3.43	4.02	0.16
vd_17_20_100khab	3.34	3.56	0.72	3.44	4.00	0.33	3.34	3.79	0.27
n_obs	329	280		310	231		690	547	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	31152.49	33393.59	0.71	26833.77	25312.84	0.66	27801.61	30188.83	0.45
prop_mulheres	0.50	0.50	0.83	0.50	0.50	0.71	0.50	0.50	0.42
prop_urbano	0.67	0.69	0.43	0.63	0.66	0.28	0.64	0.67	0.06
prop_cand_m	0.33	0.33	0.49	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.05
prop_elei_m	0.13	0.13	0.67	0.16	0.13	0.05	0.15	0.14	0.21
vd_13_16_100khab	3.25	4.11	0.24	3.19	3.62	0.58	3.48	4.03	0.3
vd_17_20_100khab	3.46	3.59	0.87	3.43	4.33	0.21	3.48	3.85	0.46
n_obs	171	170		193	161		421	373	
Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa									
<i>Antes da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	42839.94	35455.67	0.19	33393.86	28357.55	0.26	40696.97	32231.92	0.1
prop_mulheres	0.50	0.50	0.92	0.50	0.50	0.63	0.50	0.50	0.53
prop_urbano	0.70	0.69	0.68	0.66	0.67	0.73	0.67	0.68	0.72
prop_cand_m	0.33	0.33	0.65	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.08
prop_elei_m	0.13	0.13	0.61	0.15	0.13	0.15	0.14	0.13	0.67
d_13_16_100khab	4.85	5.05	0.73	4.42	4.61	0.71	4.66	4.83	0.66
d_17_20_100khab	5.46	4.11	0.01	5.11	5.02	0.89	5.24	4.54	0.08
n_obs	329	280		310	231		690	547	
<i>Depois da escolha da banda ótima</i>									
pop_total	30268.76	33521.20	0.56	26989.28	25750.59	0.75	27801.61	30188.83	0.45
prop_mulheres	0.50	0.50	0.55	0.50	0.50	0.97	0.50	0.50	0.42
prop_urbano	0.66	0.69	0.33	0.63	0.64	0.57	0.64	0.67	0.06
prop_cand_m	0.33	0.33	0.9	0.33	0.33	0.02	0.33	0.33	0.05
prop_elei_m	0.13	0.13	0.93	0.16	0.13	0.07	0.15	0.14	0.21
d_13_16_100khab	4.14	4.69	0.36	4.42	4.91	0.49	4.36	4.76	0.34
d_17_20_100khab	5.01	4.00	0.11	5.13	5.25	0.88	5.02	4.43	0.22
n_obs	195	183		170	138		421	373	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

6 RESULTADOS

Os resultados principais estão dispostos nas tabelas 6, 7 e 8, contendo as estimativas de assassinatos totais, assassinatos dentro de casa e assassinatos fora de casa, respectivamente. As tabelas seguem a mesma estrutura, e em cada uma delas as colunas são divididas em três grupos: HM, MH e HM/MH/MM. Os resultados devem ser interpretados como a variação no número de assassinatos médios ao longo do mandato (por 100 mil habitantes) em municípios tratados – aqueles em que chapas HM (colunas 1 e 2), MH (colunas 3 e 4) ou HM/MH/MM (colunas 5 e 6) venceram em eleições acirradas contra chapas HH – em relação aos municípios em que chapas HH venceram as eleições acirradas neste desenho. Ainda, as colunas pares são as estimativas que controlam por efeitos fixos de estado, ao passo que as ímpares não.

Cada tabela conta também com quatro painéis, que variam de acordo com o período eleitoral analisado: 2009 a 2012 (candidatos eleitos na eleição de 2008), 2013 a 2016 (candidatos eleitos na eleição de 2012), 2017 a 2020 (candidatos eleitos na eleição de 2016) ou a agregação de todas elas. Cada painel inicia com três linhas explicativas referentes ao procedimento de estimativa empregado. A primeira linha exibe as estimativas calculadas pelo método convencional com erro padrão também convencional (“*Conventional*”). A segunda apresenta essas mesmas estimativas após uma correção de viés (“*Bias-Corrected*”), ao passo que a terceira utiliza erro-padrão robusto para fornecer estimativas corrigidas por viés (“*Robust*”). Neste cenário, os resultados mais confiáveis serão sempre observados nas colunas pares (com efeitos fixos de estado) e nas linhas “*Robust*”. Os asteriscos ao lado das estimativas denotam significância estatística: um asterisco denota significância ao nível de 10%, dois asteriscos denotam significância ao nível de 5%, e três asteriscos denotam significância ao nível de 1%.

Os resultados de assassinatos totais (que não distinguem por local de ocorrência) apresentados na tabela 6 mostram que, embora os sinais dos coeficientes sejam predominantemente negativos no painel 2 e positivos nos painéis 3 e 4, não é possível inferir que houve variação nas mortes de mulheres, tendo em vista a ausência de significância estatística. Por outro lado, as estimativas para o mandato eleitoral de 2009 a 2012, presentes no painel 1, indicam que quando comparada com chapas HH, a eleição de chapas MH induz a um aumento nos assassinatos de mulheres. Estes resultados podem ser observados nas colunas 3 e 4, significantes aos níveis de 1% ou 5%.

A estimativa na terceira linha da coluna 3 indica que a vitória de uma chapa MH (que venceu uma disputa acirrada contra uma chapa HH) está associada a um aumento de 6.77 assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes, em média, ao longo do mandato de 2009 a 2012. Todavia, adicionar *dummies* de UF (na coluna 4) reduz este efeito para 5.77 mortes por 100 mil habitantes. Tendo em vista que estes municípios tiveram entre 5.44 e 6.50 assassinatos de mulheres por 100 mil habitantes entre 2005 e 2008 (conforme a tabela 3 de estatísticas descritivas), então a estimativa de 5.77 representa um aumento entre 88% e 100% no número de mortes. Em outras palavras, municípios estatisticamente semelhantes que optaram por eleger chapas MH ao invés de HH experienciaram um aumento na violência contra mulheres ao longo do mandato.

Tabela 6 – Estimativas de assassinatos de mulheres

	HM		MH		HM/MH/MM	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>Painel 1 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2012</i>						
Conventional	-0.09 (1.59)	-0.09 (1.63)	6.12** (2.59)	5.50** (2.47)	2.15* (1.27)	1.98 (1.27)
Bias-Corrected	-0.10 (1.59)	0.01 (1.63)	6.77*** (2.59)	5.77** (2.47)	2.46* (1.27)	2.25* (1.27)
Robust	-0.10 (1.87)	0.01 (1.93)	6.77** (3.11)	5.77** (2.94)	2.46* (1.49)	2.25 (1.48)
N	506	475	307	319	901	884
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 2 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2013 e 2016</i>						
Conventional	-1.07 (1.54)	-0.23 (1.53)	-2.22 (1.73)	-0.35 (1.81)	-1.51 (1.18)	-0.64 (1.18)
Bias-Corrected	-1.21 (1.54)	-0.22 (1.53)	-2.57 (1.73)	-0.50 (1.81)	-1.74 (1.18)	-0.82 (1.18)
Robust	-1.21 (1.79)	-0.22 (1.76)	-2.57 (2.01)	-0.50 (2.11)	-1.74 (1.36)	-0.82 (1.36)
N	550	524	434	378	1009	969
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 3 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2017 e 2020</i>						
Conventional	2.01 (2.43)	1.61 (2.11)	0.77 (1.88)	0.70 (1.82)	2.45 (1.57)	2.11 (1.48)
Bias-Corrected	2.48 (2.43)	2.12 (2.11)	0.88 (1.88)	0.91 (1.82)	2.83* (1.57)	2.39 (1.48)
Robust	2.48 (2.84)	2.12 (2.49)	0.88 (2.23)	0.91 (2.12)	2.83 (1.81)	2.39 (1.70)
N	434	469	431	428	938	894
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 4 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2020</i>						
Conventional	-0.06 (0.99)	-0.35 (0.96)	1.12 (1.13)	1.05 (1.15)	0.50 (0.72)	0.45 (0.72)
Bias-Corrected	0.01 (0.99)	-0.35 (0.96)	1.27 (1.13)	1.21 (1.15)	0.69 (0.72)	0.66 (0.72)
Robust	0.01 (1.17)	-0.35 (1.14)	1.27 (1.32)	1.21 (1.35)	0.69 (0.84)	0.66 (0.84)
N	1663	1682	1272	1280	3259	3276
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Dummy de mandato	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Nota: a variável dependente é assassinatos de mulheres, por 100 mil habitantes. O grupo de tratamento é composto por municípios nos quais chapas do tipo HM (colunas 1 e 2), ou MH (colunas 3 e 4) ou HM/MH/MM (colunas 5 e 6) venceram em eleições acirradas contra chapas do tipo HH. Municípios em que chapas HH venceram disputas contra chapas HM, MH ou HM/MH/MM formam o grupo de controle. Assassinato é classificado de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09, que se referem a causas externas de morte causadas por outra pessoa através de violência física, armas de fogo, medicamentos, entre outros. Fonte: Datasus e TSE.

Ainda olhando para o mandato eleitoral de 2009 a 2012 (painel 1) da tabela 6, as colunas 5 e 6 também trazem resultados que merecem menção. Embora haja um resultado positivo e estatisticamente significativo de 2.46 no estimador *robust* na quinta coluna (representando um aumento de cerca de 43% nos assassinatos de mulheres), quando se adiciona *dummies* de estado na coluna seguinte, a significância estatística deste mesmo estimador desaparece.

A tabela 7 contém as estimativas apenas para os assassinatos de mulheres que ocorreram dentro de casa. Diferentemente dos assassinatos totais apresentados na tabela 6, o mandato eleitoral de 2009 a 2012 (painel 1) não apresenta resultados estatisticamente significantes, com exceção dos estimadores *bias-corrected* e *robust* na coluna 3, que não controla pelos efeitos fixos dos estados.

Também de forma contrária à tabela anterior, as estimativas do painel 2 (referente ao período de 2013 a 2016) indicam que a eleição de chapas MH (com relação a chapas HH) induz a uma diminuição no número de mortes de mulheres dentro de casa, com estimativas *robust* de -4.61 e -3.72 nas colunas 3 e 4, respectivamente. No primeiro caso, este valor mostra que, em média, municípios que elegeram chapas MH nas eleições de 2012 tiveram uma queda entre 122% e 137% no número de mortes, no primeiro caso, e entre 98% e 110% ao controlar por efeitos fixos de estado no segundo caso.

A eleição de chapas HM/MH/MM também apresenta estimativas estatisticamente significantes para o mandato de 2013 a 2016. Contudo, tais resultados só são visualizáveis em estimativas menos confiáveis, sem *dummies* de UF e em estimadores não robustos. Embora o sinal negativo indique uma redução das mortes de mulheres, a estimativa da coluna 6 para o estimador robusto perde qualquer significância estatística. Já na coluna 5, o estimador *robust* indica uma redução no nos assassinatos de mulheres em uma magnitude de 2.13 mortes por 100 mil habitantes durante o mandato.

Para entender os assassinatos totais em sua completude, além de desagregar pelas mortes ocorridas dentro de casa, também são analisadas as mortes ocorridas fora de casa, conforme a tabela 8. Especificamente no mandato eleitoral de 2009 a 2012 (painel 1), as estimativas voltam a ser estatisticamente significantes e com coeficientes positivos. Dado que esse padrão foi observado nas estimativas de violência total e não nas de violência doméstica, isso sugere que todo efeito de violência total advém das mortes de mulheres ocorridas fora dos domicílios.

A junção das três tabelas para analisar o período de 2013 a 2016 traz algumas perspectivas interessantes. Nota-se que, primeiro, a tabela 6 não sugere nenhum efeito estatisticamente significativo que relacione a composição de gênero da chapa eleita e a violência total contra mulheres. Em contrapartida, as tabelas 7 e 8 apresentam efeitos estatisticamente significantes, mas em direções distintas. Se por um lado a eleição de uma chapa MH está associada a uma redução dos assassinatos de mulheres dentro dos domicílios, por outro, a eleição desta mesma chapa é acompanhada de um aumento das mortes fora dos domicílios.

Embora possam ser observados coeficientes positivos para todos os tipos de assassinatos entre o período de 2017 a 2020, não foi possível identificar significância estatísticas nestas estimativas. O painel 4 analisa a variação nas mortes entre todo o período de 2009 a 2020,

Tabela 7 – Estimativas de assassinatos de mulheres dentro de casa

	HM		MH		HM/MH/MM	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>Painel 1 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2012</i>						
Conventional	0.72 (1.05)	0.55 (1.08)	2.85 (1.76)	1.89 (1.57)	1.09 (0.95)	0.80 (0.94)
Bias-Corrected	0.89 (1.05)	0.74 (1.08)	3.47** (1.76)	2.14 (1.57)	1.42 (0.95)	0.95 (0.94)
Robust	0.89 (1.22)	0.74 (1.24)	3.47* (2.06)	2.14 (1.83)	1.42 (1.11)	0.95 (1.08)
N	415	381	220	229	633	577
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 2 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2013 e 2016</i>						
Conventional	-0.88 (1.01)	-0.72 (0.98)	-4.17** (1.63)	-3.34* (1.74)	-2.08** (0.93)	-1.63* (0.96)
Bias-Corrected	-0.72 (1.01)	-0.56 (0.98)	-4.61*** (1.63)	-3.72** (1.74)	-2.13** (0.93)	-1.70* (0.96)
Robust	-0.72 (1.18)	-0.56 (1.15)	-4.61** (1.87)	-3.72* (2.01)	-2.13** (1.07)	-1.70 (1.10)
N	439	425	348	321	786	719
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 3 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2017 e 2020</i>						
Conventional	2.92 (2.23)	3.03 (1.99)	0.59 (1.30)	0.37 (1.17)	1.65 (1.31)	1.70 (1.25)
Bias-Corrected	3.39 (2.23)	3.41* (1.99)	0.52 (1.30)	0.16 (1.17)	1.80 (1.31)	1.88 (1.25)
Robust	3.39 (2.63)	3.41 (2.34)	0.52 (1.57)	0.16 (1.35)	1.80 (1.53)	1.88 (1.46)
N	356	393	365	390	731	718
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 4 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2020</i>						
Conventional	0.81 (0.90)	0.56 (0.87)	-0.74 (0.90)	-0.79 (0.87)	0.19 (0.62)	0.17 (0.60)
Bias-Corrected	0.90 (0.90)	0.58 (0.87)	-0.61 (0.90)	-0.66 (0.87)	0.29 (0.62)	0.24 (0.60)
Robust	0.90 (1.04)	0.58 (1.02)	-0.61 (1.06)	-0.66 (1.03)	0.29 (0.72)	0.24 (0.70)
N	1077	1084	1012	1021	2230	2295
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Dummy de mandato	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Nota: a variável dependente é assassinatos de mulheres, por 100 mil habitantes, ocorridos dentro de casa. O grupo de tratamento é composto por municípios nos quais chapas do tipo HM (colunas 1 e 2), ou MH (colunas 3 e 4) ou HM/MH/MM (colunas 5 e 6) venceram em eleições acirradas contra chapas do tipo HH. Municípios em que chapas HH venceram disputas contra chapas HM, MH ou HM/MH/MM formam o grupo de controle. Assassinato é classificado de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09, que se referem a causas externas de morte causadas por outra pessoa através de violência física, armas de fogo, medicamentos, entre outros. Fonte: Datasus e TSE.

representando a agregação dos mandatos de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020. Neste cenário, foi possível identificar que, de modo geral, a eleição de chapas MH ou HM/MH/MM ao invés de chapas HH contribui para o aumento dos assassinatos de mulheres ocorridos fora de casa.

Um primeiro resultado geral interessante reside na ambiguidade encontrada ao analisar as comparações entre chapas MH e HM/MH/MM contra chapas HH. Nestes casos, notou-se que a composição de gênero das chapas eleitas tem uma relação ambígua com os indicadores de assassinatos de mulheres, que variam conforme o período analisado, podendo indicar tanto um aumento quanto uma diminuição das mortes. Para sanar esta imprecisão, ao invés de observar mandatos específicos, analisemos as estimativas dos painéis 4, que agregam todos os períodos.

Nestes casos, não foram observados efeitos estatisticamente significantes em relação aos assassinatos totais (tabela 6) e assassinatos dentro de casa (tabela 7). Por outro lado, o quarto painel da tabela 8 indica que, para todos os estimadores, há um aumento estatisticamente significativo (aos níveis de 1% ou 5%) dos assassinatos fora do contexto doméstico. Nas estimativas geradas pelo estimador *robust*, o valor encontrado para as disputas de chapas MH e HH (colunas 3 e 4) representam quase que o dobro dos valores das disputas HM/MH/MM e HH (colunas 5 e 6), o que faz sentido, na medida em que os resultados das disputas MH vs. HH são positivos, mas nas disputas HM vs. HH, nulos.

Outro resultado de grande valor encontrando nas tabelas 6, 7 e 8 diz respeito ao papel das mulheres enquanto vices. É interessante notar que em nenhum dos três mandatos – ou na agregação deles – foi observado um efeito estatisticamente significativo ao comparar chapas HM e HH. Isso sugere que, embora o gênero tenha um papel importante em relação aos prefeitos – como demonstrado pela literatura –, quando observados os cargos de vice-prefeitos, eventuais diferenças de gênero parecem não ser relevantes para as variáveis observadas.

Tabela 8 – Estimativas de assassinatos de mulheres fora de casa

	HM		MH		HM/MH/MM	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
<i>Painel 1 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2012</i>						
Conventional	0.05 (1.32)	-0.58 (1.28)	5.35*** (2.03)	5.10** (2.10)	1.94* (1.07)	1.87* (1.08)
Bias-Corrected	0.25 (1.32)	-0.40 (1.28)	5.81*** (2.03)	5.36** (2.10)	2.07* (1.07)	2.00* (1.08)
Robust	0.25 (1.53)	-0.40 (1.49)	5.81** (2.42)	5.36** (2.52)	2.07 (1.26)	2.00 (1.26)
N	352	351	311	290	688	673
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 2 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2013 e 2016</i>						
Conventional	1.36 (1.29)	2.14* (1.23)	1.76 (1.11)	2.83*** (1.03)	1.05 (0.94)	2.32*** (0.86)
Bias-Corrected	1.14 (1.29)	2.16* (1.23)	1.92* (1.11)	3.01*** (1.03)	1.03 (0.94)	2.43*** (0.86)
Robust	1.14 (1.48)	2.16 (1.41)	1.92 (1.28)	3.01** (1.18)	1.03 (1.07)	2.43** (0.99)
N	484	448	340	250	777	753
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 3 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2017 e 2020</i>						
Conventional	0.20 (1.46)	-0.04 (1.30)	0.68 (1.32)	1.08 (1.26)	0.38 (0.93)	0.59 (0.91)
Bias-Corrected	0.34 (1.46)	0.15 (1.30)	0.67 (1.32)	1.20 (1.26)	0.64 (0.93)	0.83 (0.91)
Robust	0.34 (1.70)	0.15 (1.52)	0.67 (1.56)	1.20 (1.47)	0.64 (1.08)	0.83 (1.06)
N	390	394	336	320	862	749
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<i>Painel 4 - Assassinatos por 100 mil habitantes entre 2009 e 2020</i>						
Conventional	0.46 (0.74)	0.42 (0.72)	2.51*** (0.82)	2.64*** (0.82)	1.21** (0.55)	1.44*** (0.54)
Bias-Corrected	0.48 (0.74)	0.51 (0.72)	2.63*** (0.82)	2.75*** (0.82)	1.33** (0.55)	1.58*** (0.54)
Robust	0.48 (0.86)	0.51 (0.83)	2.63*** (0.95)	2.75*** (0.96)	1.33** (0.64)	1.58** (0.62)
N	1283	1272	945	926	2400	2324
Dummy de UF	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Dummy de mandato	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

* $p < 0.1$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Nota: a variável dependente é assassinatos de mulheres, por 100 mil habitantes, ocorridos fora de casa. O grupo de tratamento é composto por municípios nos quais chapas do tipo HM (colunas 1 e 2), ou MH (colunas 3 e 4) ou HM/MH/MM (colunas 5 e 6) venceram em eleições acirradas contra chapas do tipo HH. Municípios em que chapas HH venceram disputas contra chapas HM, MH ou HM/MH/MM formam o grupo de controle. Assassinato é classificado de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09, que se referem a causas externas de morte causadas por outra pessoa através de violência física, armas de fogo, medicamentos, entre outros. Fonte: Datasus e TSE.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a contribuir com as literaturas de representatividade política, gênero e violência, focando na atuação feminina dentro das chapas eleitorais e o seu papel no combate à violência contra as mulheres. Os achados sugerem que a influência feminina varia conforme a posição ocupada nas chapas. Em relação aos municípios cujas chapas eleitas são formadas apenas por homens, aqueles que elegeram uma mulher para o cargo de prefeita e um homem para vice-prefeito podem ter desempenhos distintos no combate à violência contra as mulheres ao longo do mandato. Por outro lado, a presença de mulheres como vice-prefeitas em chapas mistas mostrou um efeito limitado, sem diferenças significativas nos índices de violência contra mulheres, em comparação com municípios que elegeram chapas apenas masculinas.

Mais do que qualquer explicação relacionada a gênero, um mecanismo capaz de fundamentar estes achados é a própria característica do cargo de vice-prefeito. Embora existam evidências de que o gênero dos governantes influencie o desempenho ao longo do mandato em diversas áreas (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004), os dados não apontam para a mesma relevância no caso dos vices. Independente das preferências que o vice-prefeito tenha em relação à condução política, é possível que o seu papel seja mais relevante no contexto da disputa eleitoral do que ao longo do mandato em si.

Ao comparar o desempenho de chapas puramente masculinas com aquelas compostas por uma prefeita mulher e um vice homem, os resultados reforçam a hipótese de que os cargos de vice-prefeitos têm pouca influência sobre as variáveis analisadas. Neste cenário, como ambas as chapas são compostas por vices do sexo masculino, a principal diferença relevante reside no gênero do prefeito. Os resultados variam consideravelmente conforme o mandato eleitoral e tipo de violência analisado, relacionando a presença feminina na liderança das chapas ora com uma redução da violência, ora com um aumento da violência. À luz da teoria, as interpretações deste fenômeno são diversas.

O paradigma *citizen-candidate* e a teoria de efeito *role-model* dão suporte aos achados que indicam redução na violência. Neste cenário, a presença de uma liderança feminina pode induzir uma redução nos indicadores de violência por dois canais. Primeiro, é possível que mulheres eleitas se empenhem mais em implementar medidas que combatam a violência de gênero, conforme sugerido pelo comportamento dos políticos no modelo *citizen-candidate* e as suas preferências pessoais (OSBORNE; SLIVINSKI, 1996; BESLEY; COATE, 1997; BESLEY, 2005). Complementarmente, é possível que a presença feminina em um cargo relevante seja importante para servir de exemplo para outras mulheres, incentivando um aumento das denúncias de violência, o que por sua vez auxilia no combate a este crime (IYER et al., 2012). Estes resultados também conversam com parte da literatura empírica, que demonstra um efeito causal de queda nos assassinatos de mulheres ao se eleger uma mulher para o cargo de prefeita (BOCHENKOVA; BUONANNO; GALLETTA, 2023; DELAPORTE; PINO, 2022).

Em outro caso, contudo, outro grupo de resultados relaciona a presença feminina na liderança de chapas com um aumento dos indicadores de violência, e a teoria de efeito retaliação

dá suporte a estes dados (FLOOD; DRAGIEWICZ; PEASE, 2021). Ao encabeçar uma chapa, embora as prefeitas mulheres tenham de fato mais poder de atuação para combater os perpetradores de violência de gênero, elas também acabam sendo mais expostas à mídia, opositores e a sentimentos extremistas e misóginos de forma geral. Neste sentido, como a ascensão de mulheres a cargos políticos de influência é algo que desafia o *status-quo*, possíveis sentimentos de retaliação são mais facilmente identificados para com as prefeitas do que para com as vice-prefeitas, explicando o efeito de aumento da violência nestes casos.

Em linhas gerais, este trabalho faz três contribuições relevantes para a literatura de gênero e representatividade política. Em primeiro lugar, foi endereçada uma questão que, do nosso conhecimento, ainda há uma literatura incipiente: a relevância dos vice-prefeitos enquanto formuladores de políticas. Neste caso, observa-se que sua atuação é limitada, demonstrando uma aparente falta de autonomia destes agentes, pelo menos no que tange à violência contra mulheres nos municípios brasileiros. A segunda contribuição abarca a questão da representatividade feminina. Tendo em vista que as mulheres enquanto vice-prefeitas não tiveram força de atuação suficiente, entende-se que impulsionar a inserção de mulheres na política através dos cargos de vice-prefeitas parece ter pouco efeito em questão de equidade e justiça social. Por fim, este trabalho encontra resultados variados em relação à violência de gênero, sendo uma evidência empírica relevante a dar suporte à teoria de *backlash* ao nível municipal.

REFERÊNCIAS

- ALESINA, Alberto. Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. *The American Economic Review*, JSTOR, v. 78, n. 4, p. 796–805, 1988.
- ARVATE, Paulo; FIRPO, Sergio; PIERI, Renan. Can women's performance in elections determine the engagement of adolescent girls in politics? *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 70, p. 102045, 2021.
- ATKESON, Lonna Rae. Not all cues are created equal: The conditional impact of female candidates on political engagement. *The Journal of Politics*, Cambridge University Press New York, USA, v. 65, n. 4, p. 1040–1061, 2003.
- BAGUES, Manuel; CAMPA, Pamela. Can gender quotas in candidate lists empower women? evidence from a regression discontinuity design. *Journal of Public Economics*, Elsevier, v. 194, p. 104315, 2021.
- BALTRUNAITE, Audinga et al. Gender quotas and the quality of politicians. *Journal of Public Economics*, Elsevier, v. 118, p. 62–74, 2014.
- BARBOSA, Mariana Carvalho. *The impact of mayor leadership on education: evidence from Brazil*. Dissertação (Mestrado), 2015.
- BASKARAN, Thushyanthan; BHALOTRA, Sonia; UPPAL, Yogesh. Women legislators and economic performance. CEPR Discussion Paper No. DP16605, 2021.
- BASKARAN, Thushyanthan; HESSAMI, Zohal. Does the election of a female leader clear the way for more women in politics? *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 10, n. 3, p. 95–121, 2018.
- _____. *Competitively elected women as policy makers*. [S.l.], 2019.
- BEAMAN, Lori et al. Powerful women: does exposure reduce bias? *The Quarterly journal of economics*, MIT Press, v. 124, n. 4, p. 1497–1540, 2009.
- _____. Female leadership raises aspirations and educational attainment for girls: A policy experiment in india. *science*, American Association for the Advancement of Science, v. 335, n. 6068, p. 582–586, 2012.
- BESLEY, Timothy. Political selection. *Journal of Economic perspectives*, American Economic Association, v. 19, n. 3, p. 43–60, 2005.
- BESLEY, Timothy; CASE, Anne. Political institutions and policy choices: evidence from the united states. *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, v. 41, n. 1, p. 7–73, 2003.
- BESLEY, Timothy; COATE, Stephen. An economic model of representative democracy. *The quarterly journal of economics*, MIT Press, v. 112, n. 1, p. 85–114, 1997.
- BHALOTRA, Sonia; CLOTS-FIGUERAS, Irma. Health and the political agency of women. *American Economic Journal: Economic Policy*, American Economic Association 2014 Broadway, Suite 305, Nashville, TN 37203-2425, v. 6, n. 2, p. 164–197, 2014.

BOCHENKOVA, Alena; BUONANNO, Paolo; GALLETTA, Sergio. Fighting violence against women: The role of female political representation. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 164, p. 103140, 2023.

BRANISA, Boris; ZIEGLER, Maria. *Reexamining the link between gender and corruption: The role of social institutions*. [S.l.], 2010.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? evidence from close races in brazil. *Journal of Development Economics*, Elsevier, v. 122, p. 28–45, 2016.

BROOCKMAN, David E. Do female politicians empower women to vote or run for office? a regression discontinuity approach. *Electoral Studies*, Elsevier, v. 34, p. 190–204, 2014.

BRUCE, Raphael et al. Under pressure: Women's leadership during the covid-19 crisis. *Journal of development economics*, Elsevier, v. 154, p. 102761, 2022.

CALONICO, Sebastian; CATTANEO, Matias D; TITIUNIK, Rocio. Rdrobust: an r package for robust nonparametric inference in regression-discontinuity designs. *R J.*, Citeseer, v. 7, n. 1, p. 38, 2015.

CAMPBELL, David E; WOLBRECHT, Christina. See jane run: Women politicians as role models for adolescents. *The Journal of Politics*, Cambridge University Press New York, USA, v. 68, n. 2, p. 233–247, 2006.

CAROZZI, Felipe; GAGO, Andrés. Who promotes gender-sensitive policies? *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v. 206, p. 371–405, 2023.

CASARICO, Alessandra; LATTANZIO, Salvatore; PROFETA, Paola. Women and local public finance. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 72, p. 102096, 2022.

CAUL, Miki. Political parties and the adoption of candidate gender quotas: A cross-national analysis. *The Journal of Politics*, Blackwell Publishers, Inc., v. 63, n. 4, p. 1214–1229, 2001.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. Atlas da violência 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021.

CHATTOPADHYAY, Raghabendra; DUFLO, Esther. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in india. *Econometrica*, Wiley Online Library, v. 72, n. 5, p. 1409–1443, 2004.

CLOTS-FIGUERAS, Irma. Women in politics: Evidence from the indian states. *Journal of public Economics*, Elsevier, v. 95, n. 7-8, p. 664–690, 2011.

_____. Are female leaders good for education? evidence from india. *American economic journal: applied economics*, American Economic Association, v. 4, n. 1, p. 212–244, 2012.

DANIELE, Gianmarco; DIPOPPA, Gemma; PULEJO, Massimo. Attacking women or their policies? understanding violence against women in politics. *Understanding Violence against Women in Politics (September 29, 2023)*. BAFFI CAREFIN Centre Research Paper, n. 207, 2023.

DECAROLIS, Francesco et al. *Gender and bureaucratic corruption: evidence from two countries*. [S.l.], 2021.

DELAPORTE, Magdalena; PINO, Francisco. Female political representation and violence against women: Evidence from Brazil. IZA Discussion Paper, 2022.

DEVINE, Christopher J; KOPKO, Kyle C. *Do Running Mates Matter?: The Influence of Vice Presidential Candidates in Presidential Elections*. [S.l.]: University Press of Kansas, 2020.

DOLLAR, David; FISMAN, Raymond; GATTI, Roberta. Are women really the “fairer” sex? corruption and women in government. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v. 46, n. 4, p. 423–429, 2001.

DOWNS, Anthony. An economic theory of democracy. *Harper and Row*, v. 28, 1957.

ESAREY, Justin; CHIRILLO, Gina. “fairer sex” or purity myth? corruption, gender, and institutional context. *Politics & Gender*, Cambridge University Press, v. 9, n. 4, p. 361–389, 2013.

ESAREY, Justin; SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Estimating causal relationships between women’s representation in government and corruption. *Comparative Political Studies*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 52, n. 11, p. 1713–1741, 2019.

FERREIRA, Fernando; GYOURKO, Joseph. Does gender matter for political leadership? the case of US mayors. *Journal of Public Economics*, Elsevier, v. 112, p. 24–39, 2014.

FLOOD, Michael; DRAGIEWICZ, Molly; PEASE, Bob. Resistance and backlash to gender equality. *Australian Journal of Social Issues*, Wiley Online Library, v. 56, n. 3, p. 393–408, 2021.

FOX, Richard L; LAWLESS, Jennifer L. Gendered perceptions and political candidacies: A central barrier to women’s equality in electoral politics. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 55, n. 1, p. 59–73, 2011.

_____. Uncovering the origins of the gender gap in political ambition. *American Political Science Review*, Cambridge University Press, v. 108, n. 3, p. 499–519, 2014.

FOX, Richard L; OXLEY, Zoe M. Does running with a woman help? evidence from US gubernatorial elections. *Politics & Gender*, Cambridge University Press, v. 1, n. 4, p. 525–546, 2005.

FUNK, Kendall D; PHILIPS, Andrew Q. Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments. *Political Research Quarterly*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 72, n. 1, p. 19–33, 2019.

GAGLIARDUCCI, Stefano; PASERMAN, M Daniele. Gender interactions within hierarchies: evidence from the political arena. *The Review of Economic Studies*, Oxford University Press, v. 79, n. 3, p. 1021–1052, 2012.

GELMAN, Andrew; IMBENS, Guido. Why high-order polynomials should not be used in regression discontinuity designs. *Journal of Business & Economic Statistics*, Taylor & Francis, v. 37, n. 3, p. 447–456, 2019.

GOLDIN, Claudia. *Understanding the gender gap: An economic history of American women*. [S.l.]: National Bureau of Economic Research, 1990.

GONZÁLEZ, Libertad; RODRÍGUEZ-PLANAS, Núria. Gender norms and intimate partner violence. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Elsevier, v. 178, p. 223–248, 2020.

HEISE, Lori L. Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence against women*, SAGE Periodicals Press Thousand Oaks, v. 4, n. 3, p. 262–290, 1998.

HESSAMI, Zohal; FONSECA, Mariana Lopes da. Female political representation and substantive effects on policies: A literature review. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 63, p. 101896, 2020.

HOTELLING, Harold. Stability in competition. *The economic journal*, Oxford University Press Oxford, UK, v. 39, n. 153, p. 41–57, 1929.

IYER, Lakshmi et al. The power of political voice: women's political representation and crime in india. *American Economic Journal: Applied Economics*, American Economic Association, v. 4, n. 4, p. 165–193, 2012.

JENSEN, Robert; OSTER, Emily. The power of tv: Cable television and women's status in india. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 124, n. 3, p. 1057–1094, 2009.

JONES, Mark P. Gender quotas, electoral laws, and the election of women: Evidence from the latin american vanguard. *Comparative political studies*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 42, n. 1, p. 56–81, 2009.

KANTHAK, Kristin; WOON, Jonathan. Women don't run? election aversion and candidate entry. *American journal of political science*, Wiley Online Library, v. 59, n. 3, p. 595–612, 2015.

KROOK, Mona Lena. *Quotas for women in politics: Gender and candidate selection reform worldwide*. [S.l.]: Oxford University Press, 2010.

KULIOMINA, Jekaterina. Do personal characteristics of councilors affect municipal budget allocation? *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 70, p. 102034, 2021.

LAYTON, Matthew L et al. Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election. *Research & Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 8, n. 1, p. 2053168021990204, 2021.

LEE, David S. Randomized experiments from non-random selection in us house elections. *Journal of Econometrics*, Elsevier, v. 142, n. 2, p. 675–697, 2008.

LEE, David S; MORETTI, Enrico; BUTLER, Matthew J. Do voters affect or elect policies? evidence from the us house. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 119, n. 3, p. 807–859, 2004.

LIPPMANN, Quentin. Gender and lawmaking in times of quotas. *Journal of Public Economics*, Elsevier, v. 207, p. 104610, 2022.

LITTLE, Thomas H; DUNN, Dana; DEEN, Rebecca E. A view from the top: Gender differences in legislative priorities among state legislative leaders. *Women & Politics*, Taylor & Francis, v. 22, n. 4, p. 29–50, 2001.

MCCRARY, Justin. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of econometrics*, Elsevier, v. 142, n. 2, p. 698–714, 2008.

MILLER, Grant. Women's suffrage, political responsiveness, and child survival in american history. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 123, n. 3, p. 1287–1327, 2008.

OCDE. *Government at a Glance 2021*. [s.n.], 2021. 280 p. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/1c258f55-en>.

OSBORNE, Martin J; SLIVINSKI, Al. A model of political competition with citizen-candidates. *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, v. 111, n. 1, p. 65–96, 1996.

PANDE, Rohini; FORD, Deanna. Gender quotas and female leadership. Washington, DC: World Bank, 2012.

PEROVA, Elizaveta; REYNOLDS, Sarah Anne. Women's police stations and intimate partner violence: Evidence from brazil. *Social Science & Medicine*, Elsevier, v. 174, p. 188–196, 2017.

REHAVI, Marit. Sex and politics: Do female legislators affect state spending? *Unpublished manuscript, University of California, Berkeley*, 2007.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Still supermadres? gender and the policy priorities of latin american legislators. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 50, n. 3, p. 570–585, 2006.

SPECKHARD, Anne et al. Involuntary celibates' experiences of and grievance over sexual exclusion and the potential threat of violence among those active in an online incel forum. *Journal of Strategic Security*, JSTOR, v. 14, n. 2, p. 89–121, 2021.

SVALERYD, Helena. Women's representation and public spending. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 25, n. 2, p. 186–198, 2009.

SWAMY, Anand et al. Gender and corruption. *Journal of development economics*, Elsevier, v. 64, n. 1, p. 25–55, 2001.

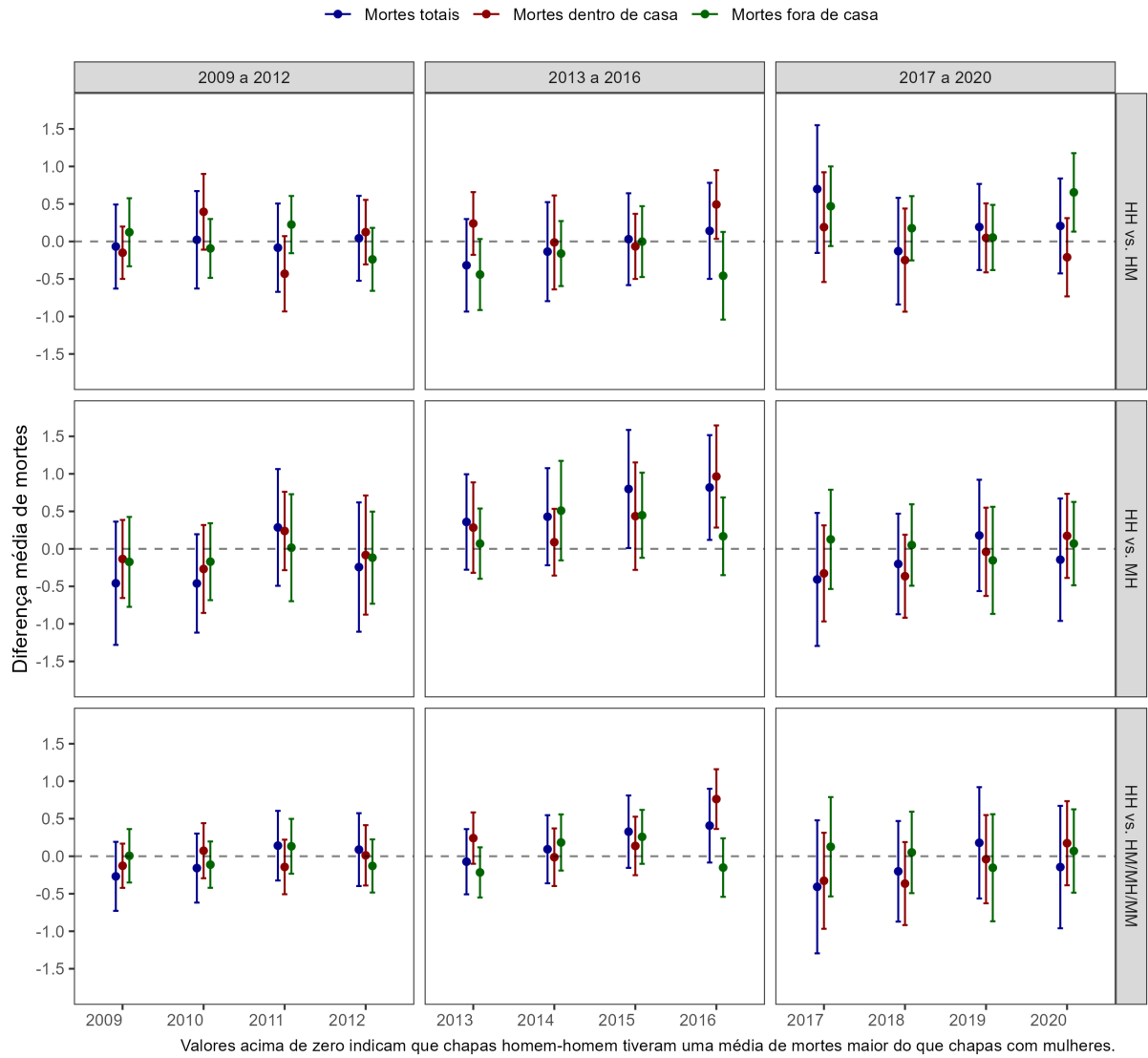
WEAVING, Morgan et al. Twitter misogyny associated with hillary clinton increased throughout the 2016 us election campaign. *Scientific Reports*, Nature Publishing Group UK London, v. 13, n. 1, p. 5266, 2023.

WOLBRECHT, Christina; CAMPBELL, David E. Leading by example: Female members of parliament as political role models. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 51, n. 4, p. 921–939, 2007.

World Health Organization. *Violence against women prevalence estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Executive summary*. [S.l.]: World Health Organization, 2021.

ANEXO A – DADOS DE VIOLÊNCIA

Figura 2 – Dados de violência para as combinações de disputas e mandatos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.